



MUNICÍPIO DE MOURÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO SANEAMENTO FINANCEIRO PAEL

Tribunal de Contas: 28

Ponto do POCAL: 13



elab. por

MUNICÍPIO DE MOURÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO



Tribunal de Contas: 28
Ponto do POCAL:

Handwritten signature/initials

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018

	Pag
INDÍCE	
I -INTRODUÇÃO	4
II – ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	5
II-1 – RECEITA	5
II-1-1 – Receita Corrente	6
II-1-2 – Receita de Capital	10
II-1-3 – Outras Receitas	11
II-1-4 - Resumo das Receitas	12
II-1-5 - Receitas Segundo o Tipo de Financiamento	13
II-1-6 - Receita - Desvios	14
II-1-7 - Receita - Evolução	16
II-2 - DESPESA	17
II-2-1 - Despesa Corrente	18
II-2-2 - Despesa de Capital	23
II-2-3 - Despesa - Evolução	25
II-2-4 - Despesa - Desvios	26
II-2-5 – Equilíbrio Orçamental	28
II-3 - RESUMO	28
II-4 - DISPONIBILIDADES	28
II-5 - ENDIVIDAMENTO	29
II-5-1 - Dívida a Terceiros	29
II-5-2 - Dívida de Terceiros	30
II-5-3 - Dívida de Médio e Longo Prazo	31
II-5-4 – Limite de Dívida Total	32
II-5-5 - Verificação dos Limites de Encargos com o Pessoal 2018	34
II-6 – COMPROMISSOS/FUNDOS DISPONÍVEIS	35
II-7 - INDICADORES DE GESTÃO	37
II-7-1 – Rácios	37
III – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	42

Josefane
~~10~~

IV - ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
IV-1 - ACTIVO	47
IV-1-1 - Ativo Fixo	48
IV-1-2 - Ativo Circulante	49
IV-2 - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	50
IV-2-1 - Fundos Próprios	50
IV-2-2 - Passivo	50
IV-2-2-1 Empréstimos obtidos de Médio e Longo Prazo	52
IV-2-2-2 Fornecedores c/corrente	54
IV-2-2-3 Fornecedores de Imobilizado c/corrente	54
IV-2-2-4 Estado e Outros Entes Públicos	54
IV-2-2-5 Administração Autárquica	54
IV-2-2-6 Outros Credores	54
IV-2-2-7 FAM	55
IV-3 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	56
IV-3-1 - Custos	57
IV-3-1-1 Custo das Mercadorias vendidas e matérias consumidas	57
IV-3-1-2 Fornecimento e Serviços Externos	58
IV-3-1-3 Custos com o Pessoal	59
IV-3-1-4 Transferências	59
IV-3-1-5 Amortizações	59
IV-3-1-6 Provisões do Exercício	60
IV-3-1-7 Custos e Perdas Financeiras	60
IV-3-1-8 Custos e Perdas Extraordinárias	60
IV-3-2 - Proveitos	61
IV-3-2-1 Venda de Produtos e Prestação de Serviços	62
IV-3-2-2 Impostos e Taxas	63
IV-3-2-3 Trabalhos para a própria Entidade	63
IV-3-2-4 Transferências	63
V – ECONÓMICOS-FINANCEIROS	63

Resfane
~~_____

_____~~

I – INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentam-se os documentos de Prestação de Contas de 2018 ao Órgão Executivo para efeitos de aprovação e posterior submissão para apreciação e votação da Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de abril, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.

O Relatório de Gestão e a Prestação de Contas encontram-se elaborados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, e as instruções n.º 1/2001-2.ª Secção, alteradas pelas Resoluções n.º 6/2013, 3/2016 e 1/2018 2.ª-Secção-Instruções do Tribunal de Contas para a organização e documentação das Contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

As presentes contas foram analisadas e certificadas pela Empresa UHY & Associados, SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Ao longo do presente documento será apresentada uma análise da situação financeira e contabilística do Município de Mourão a 31 de Dezembro de 2018, centrada nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, reportando ainda a situação da Autarquia face ao limite da Dívida Total e evolução dos pagamentos em atraso.

O ano de 2018 refletiu o resultado da estratégia assumida em assegurar a estabilidade financeira e a consolidação orçamental, condições necessárias para garantir a capacidade financeira para usufruir do próximo quadro comunitário de apoio – “Portugal 2020”, de forma a desenvolver o Município, melhorando as suas infraestruturas e fortalecendo-o na sua capacidade para atrair pessoas e alavancar o Investimento.

desfazer
~~_____~~

II - ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da Execução Orçamental, ao nível da receita e despesa, permite verificar, quais os montantes efetivamente recebidos e pagos, comparando com os montantes estimados, em sede de Orçamento Municipal, de forma a apurar os respetivos desvios.

Também aqui serão evidenciadas, quais as rubricas com maior peso no Orçamento, bem como a sua evolução ao longo dos últimos três anos.

II – 1 RECEITA

No ano financeiro de 2018, a receita arrecadada pelo Município de Mourão, foi de € 5.883.650,06 nota-se um aumento de 0,75% +€ 43.780,62, relativamente ao ano de 2017.

À semelhança do que tem vindo a suceder ao longo dos últimos anos, as rubricas da receita com maior significado são as que constam do quadro seguinte, por ordem decrescente:

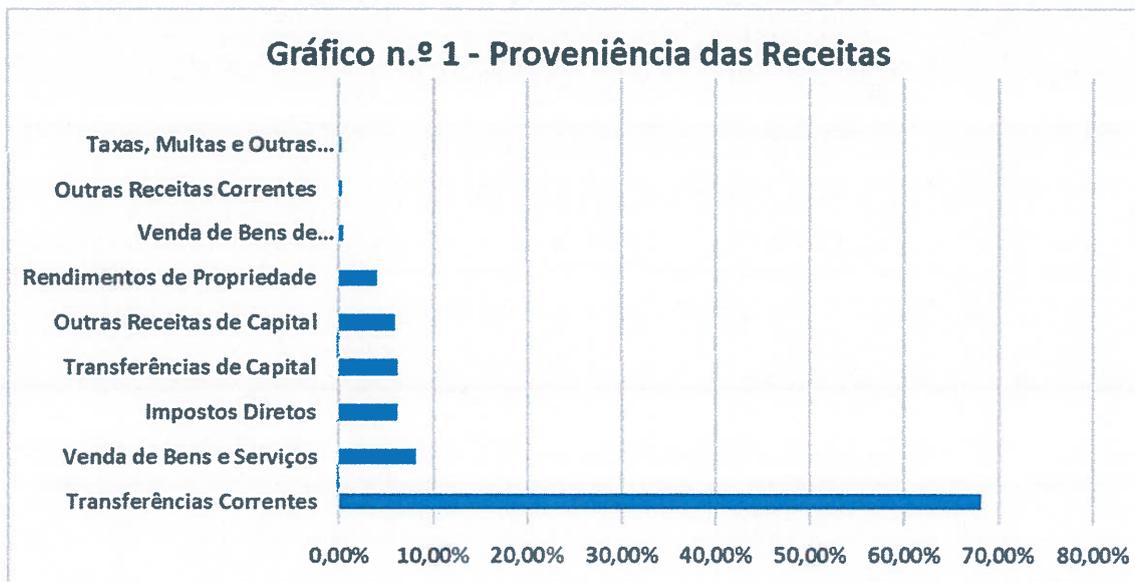
Quadro n.º 1 – Receitas mais relevantes

RUBRICA	IMPORTÂNCIA	%
Transferências Correntes	4.008.229,97€	68,12
Venda de Bens e Serviços	480.759,40€	8,17
Impostos Diretos	369.323,70€	6,28
Transferências de Capital	364.548,25€	6,20
Outras Receitas de Capital	350.000,00€	5,95
Rendimentos de Propriedade	241.082,62€	4,10
Venda de Bens de Investimento	33.050,00€	0,56
Outras Receitas Correntes	19.379,57€	0,33
Taxas, Multas e Outras Penalid.	15.759,54€	0,27
Total...	5.882.133,05 €	99,98

As restantes rubricas representam 0,02% do total da receita arrecadada, no montante de € 5.883.650,06, tendo pouco significado em termos de valor absoluto.



O gráfico seguinte representa a proveniência dos diferentes tipos de receita.



II-1-1 Receitas Correntes

O valor dos *Impostos Diretos* arrecadados pelo Município em 2018 foi de € 369.323,70, correspondendo a 7,19 % das receitas correntes e 6,28% ao total da receita. Verificou-se um acréscimo de +14,14% no total dos Impostos Diretos (+€ 45.742,71). Estando repartido por ordem decrescente pelos seguintes Impostos: "IMI - *Imposto Municipal sobre Imóveis*" 4,90% (+15.845,95€), "IMT - *Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis*" 9,06% (+€ 29.332,73) e "IUC" 0,56% (+€ 1.789,08), em contrapartida o imposto "*Derrama*" registou um decréscimo de -0,38% (-€ 1.225,05). A contribuição dos Impostos Diretos é de 4,12% para as receitas correntes e de 3,59% para o total da receita

Em 2018 arrecadaram-se € 1.517,01 de *Impostos Indiretos*, representando um decréscimo de 56,52% (-€ 1.971,95), comparativamente a 2017, estando repartido por ordem decrescente pelas seguintes rubricas: "*Loteamento e Obras*" 56,41% (-€ 1.967,94), "*Publicidade*" 2,91% (-€ 101,60) e "*Outras*" 0,45% (-€ 15,88), em contrapartida os impostos "*Taxa Municipal de Direitos de Passagem*" e "*Ocupação da Via Pública*" registaram um acréscimo de 2,90% (+€ 101,32) e 0,35% (+€ 12,15) *respetivamente*. Relativamente aos impostos: "*Mercados e Feiras*", "*Saneamento - Conservação*", "*Utilização da Rede Viária*" e "*Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação*", comparativamente ao ano de 2017, as mesmas não foram objeto de registo. A contribuição dos Impostos Indiretos é de 0,03% para as receitas correntes e de 0,02% para o total da receita.

resolucão
~~10/10~~

A receita proveniente de *Taxas, Multas e Outras Penalidades*, que corresponde essencialmente ao pagamento de taxas por particulares, foi de € 15.759,54, registou um decréscimo de 5,11% (-€ 849,20), comparativamente a 2017. A contribuição desta receita é de 0,31% para as receitas correntes e de 0,27% para o total da receita. As rubricas que registaram uma variação negativa mais acentuada são: "Juros de Mora", com um decréscimo de 39,40% (-€ 6.543,42), "Ocupação da Via Pública" com 1,10%, (-€ 184,56) e "Coimas por Contra Ordenações" com 0,06% (-€ 10,00), contrariamente as rubricas "Loteamentos e Obras", "Outros" e "Juros Compensatórios" registaram um acréscimo de 2,07% (+€ 344,99), 27,20% (+€ 4.516,99) e 6,18% (+€ 1.026,80) respetivamente. Relativamente às rubricas "Mercados e Feiras", "Caça, Uso e porte de arma", "Saneamento", "Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação", "Taxa pela emissão do Certificado de Registo", "Taxas Diversas", "Multas e Coimas por infração ao Código da Estrada" e "Multas e Penalidades Diversas" à semelhança de 2017, continuaram a não apresentar registos contabilísticos. O seu peso na estrutura das receitas correntes é de 0,31% e de 0,27% nas receitas totais.

A receita arrecadada pelos *Rendimentos de Propriedade*, a qual corresponde aos juros recebidos e às rendas patrimoniais, foi de € 241.082,62, registou um acréscimo de 3,67% (+€ 8.534,15). A contribuição dos Rendimentos de Propriedade é de 4,70% para as receitas correntes e de 4,10% para o total da receita.

Em 2018 o Município recebeu € 4.008.229,97 de *Transferências Correntes*, correspondendo € 3.161.746,00 ao "Fundo de Equilíbrio Financeiro", € 64.915,00 ao "Fundo Social Municipal", € 50.770,00 à "Participação Fixa no IRS", € 671.077,01 a "Outros" e € 59.721,96 á rubrica "Estado-participação Comunitária em Projetos Comunitários".

Face a 2017 o total desta rubrica, registou um aumento de 4,02% (+€ 154.735,95), nomeadamente pela variação positiva de 1,17% (+€ 45.029,00) do "Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente", o "Fundo Social Municipal" manteve a execução idêntica a 2017 € 64.915,00 e a "Participação Fixa no IRS", registou igualmente um acréscimo de 0,10% (+€ 3.595,00) o valor destas rubricas resultou do exposto no quadro XIX da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro - LOE. Relativamente à rubrica "Outros", verificou-se um acréscimo de 1,55% (+€ 59.921,06), agregando esta rubrica as transferências da Administração Central, tais como: Centro de Emprego de Évora, Ministério da Educação, Direção Geral de Educação e Instituto de Gestão Financeira da Solidariedade e Segurança Social,

CPSE/2018


cujos objetivos visam: "Programas de Inserção Emprego", "Estágios Profissionais", "Programa de Desenvolvimento", "Projeto com a componente de Apoio à Família", "Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo", "Acordo de Cooperação Situações/Especiais" e "Projeto de Proteção de Menores e Crianças em Risco". A rubrica "Estado Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados", registou um valor de (€ 59.721,96), mais 1,20% (€ 46.190,89) e corresponde ao financiamento por parte do IFAP-Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., Agência para o desenvolvimento e Coesão I.P - FEDER e Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu – FSE, relativamente aos projetos "Regime da Fruta Escolar" cujo valor ascendeu a € 222,59, "Alentejo em Cena", cuja ação desenvolvida foi o evento "Medievalia", sendo que o valor financiado atingiu a importância de € 45.024,99, e o valor de € 14.474,38 correspondeu ao projeto "Estágios – PEPAL", realizados no ano de 2016. A contribuição desta receita é de 78,04% para as receitas correntes e 68,12% para o total da receita.

A *Venda de Bens* foi em 2018, de € 116.087,99, registou uma diminuição de 10,13% (-€ 13.083,94), relativamente a 2017, correspondendo à rubrica "Produtos Acabados e Intermédios" e "Outros", sendo o valor da venda de água de € 115.991,99. O peso da Venda de Bens nas receitas correntes é de 2,26% e de 1,97% nas receitas totais.

A *Venda de Serviços* apresentou um valor de € 362.226,41, representando um decréscimo de 6,34% (-€ 24.598,55), face a 2017, repartido por ordem decrescente pelas seguintes rubricas: "Saneamento" 3,31% (-€ 12.807,93), "Óutros" 1,31% (-€ 5.059,82), "Resíduos Sólidos" 1,03% (-€ 3.969,76), "Cemitérios" 0,82% (-€ 3.196,34), "Trabalhos por conta de Particulares " com 0,20% (-€ 746,85) e "Outros" com 0,03% (-€ 126,47). Contrariamente registaram variação positiva as rubricas "Serviços Desportivos" com 0,17% (+€ 636,82), "Transportes Escolares" com 0,17% (+€ 627,97), "Mercados e Feiras" com 0,01% (+€ 24,64) e "Aluguer de Espaços e Equipamentos" com (+€ 19,19). O peso da venda de serviços nas receitas correntes é de 7,05% e de 6,16% nas receitas totais.

A receita proveniente da rubrica *Rendas e Alugueres* foi de € 2.445,00, registou um acréscimo de 614,91% (+€ 2.103,00) comparativamente a 2017. O seu peso na estrutura das receitas correntes é de 0,05% e de 0,04% nas receitas totais.

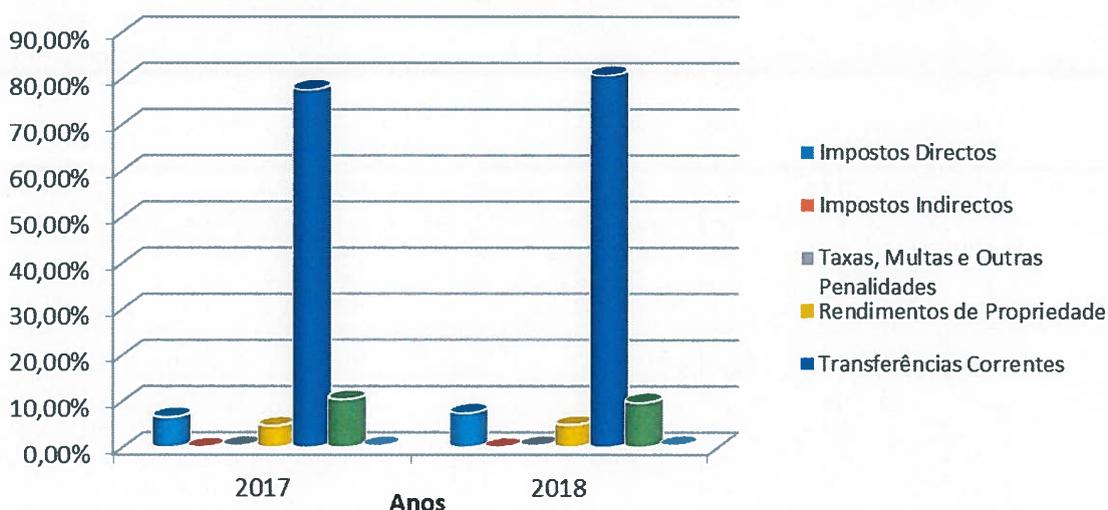
A rubrica *Outras Receitas Correntes*, no ano de 2018, registou um valor de € 19.379,57, o que comparativamente a 2017, corresponde a um aumento de

apresente
~~_____~~

28,75% (+€ 4.327,56). O seu peso na estrutura das receitas correntes é de 0,38% e de 0,33% nas receitas totais.

Relativamente às Receitas Correntes, comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um acréscimo de cerca de 3,53%, (+€ 174.939,73) representado no seguinte gráfico:

Gráfico n.º 2 - Comparação das Receitas Correntes



O valor do acréscimo das receitas correntes consta do quadro seguinte, tendo sido mais acentuado ao nível das "Transferências Correntes", nomeadamente na sob rubrica "Outros".

Quadro n.º 2 – Decréscimo de receitas correntes

RUBRICAS	%
Impostos Directos	+0,92
Impostos Indirectos	-0,04
Taxas Multas e Outras Penalidades	-0,01
Rendimentos de Propriedade	+0,17
Transferências Correntes	+3,12
Venda de Bens e Serviços	-0,72
Outras Receitas Correntes	+0,09

mesefane
~~HA~~

II - 1-2 - Receitas de Capital

Em 2018 as receitas de capital, registaram um acréscimo de 10,71%, passando o seu valor de € 675.279,79 para € 747.598,25, a diferença mais significativa verificou-se na rubrica, "Outras Receitas de Capital", passando o seu valor de € 0,00 em 2017, para € 350.000,00 em 2018.

A receita proveniente da *Venda de Bens de Investimento* foi em 2018, de € 33.050,00, verificou-se um decréscimo de 9,18% face a 2017, correspondendo à alienação em prestações constantes dos Prédios Urbanos sites em: Rua Manuel Joaquim Bação Lopes n.º 3, 7, 9, 10 e 12, Rua Alto da Forca n.º 10, Rua Manuel Palma n.º 6, Rua do Rossio n.º 2, 4, 6 e 10 Travessa das Eiras n.º 1, 3 5 e 13, Rua Sérgio Vieira de Melo n.º 2, 4, 6, 8, 12 e 16 e Av.ª Nossa Senhora das Candeias n.º 1, 5 e 7 todos localizados na Freguesia de Mourão. A contribuição desta receita é de 4,42% para as receitas de capital e 0,56% para o total da receita.

As *Transferências de Capital* ascenderam a € 364.548,25, correspondendo o total desta rubrica, ao total das sob rubricas "Fundo de Equilíbrio Financeiro" e "Estado Participação Portuguesa em Projetos Cofinanciados", verificou-se um acréscimo de 0,86% (+€ 5.003,00) na sob rubrica "Fundo de Equilíbrio Financeiro", face a 2017, resultando do exposto no Mapa XIX, anexo à Lei n.º 114/2017, de 29/12 (OE - 2018), contrariamente verificou-se um decréscimo de 38,04% na sob rubrica "Estado Participação Portuguesa em Projetos Cofinanciados", (-€ 220.719,93), registando assim a referida rubrica um valor de €13.243,25, que correspondeu aos projetos "Arranjo do Jardim Público da Freguesia de Luz" e "Fornecimento e Montagem de uma bateria de condensadores para as Piscinas Cobertas de Aprendizagem", através das candidaturas apresentadas ao ADLA-POCTEP e FEE-Fundo de Eficiência Energética.

Para a estrutura das receitas de capital, o peso das Transferências de Capital é de 48,77% e de 6,20% para o total das receitas.

No que concerne à rubrica "Passivos Financeiros", em 2018 a mesma não foi objeto de registo contabilístico.

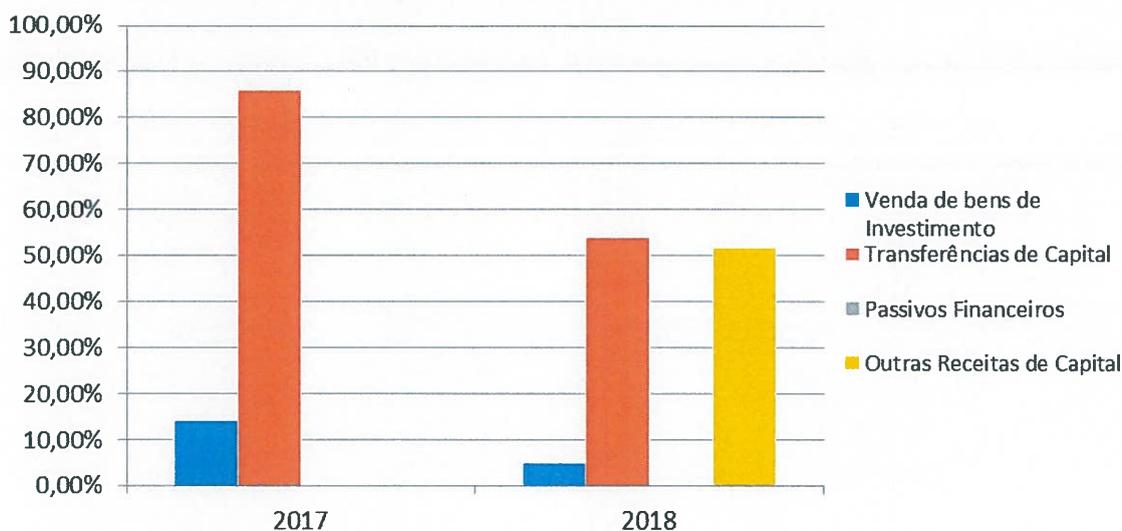
Relativamente às "Outras Receitas de Capital", verificou-se que no decorrer do ano de 2018 apresentou um valor de €350.000,00, que correspondeu à Venda dos Prédios rústicos e mistos denominados: Herdade das Amarelas, Herdade dos Guizos, Herdade da Amarela e Herdade do Castelo, a referida venda resultou do

desfere
~~_____~~

processo judicial identificado com o n.º 177/04.6TBRMZ, o qual incidia sob uma ação de preferência.

Comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um acréscimo nas Receitas de Capital de 10,71% (+€ 72.318,46), representado no seguinte gráfico:

Gráfico n.º 3 - Comparação das Receitas de Capital



O valor do acréscimo das receitas de capital consta do quadro seguinte, tendo sido verificado na rubrica: "Outras Receitas de Capital", 51,83% (+€ 350.000,00).

Quadro n.º 3 – Acréscimo de receitas de capital

RUBRICAS	%
Venda de Bens de Investimento	-9,18
Transferências de Capital	-31,95
Passivos Financeiros	-0,00
Outras Receitas de Capital	+51,83

II – 1 - 3 Outras Receitas

Em 2018 a rubrica "Outras Receitas", designadamente, "Saldo da Gerência Anterior", não apresentou qualquer registo, em virtude do Saldo da Gerência anterior, ou seja do ano de 2017 no valor de € 8.511,80, não ter sido objeto de

afesfano
~~_____~~

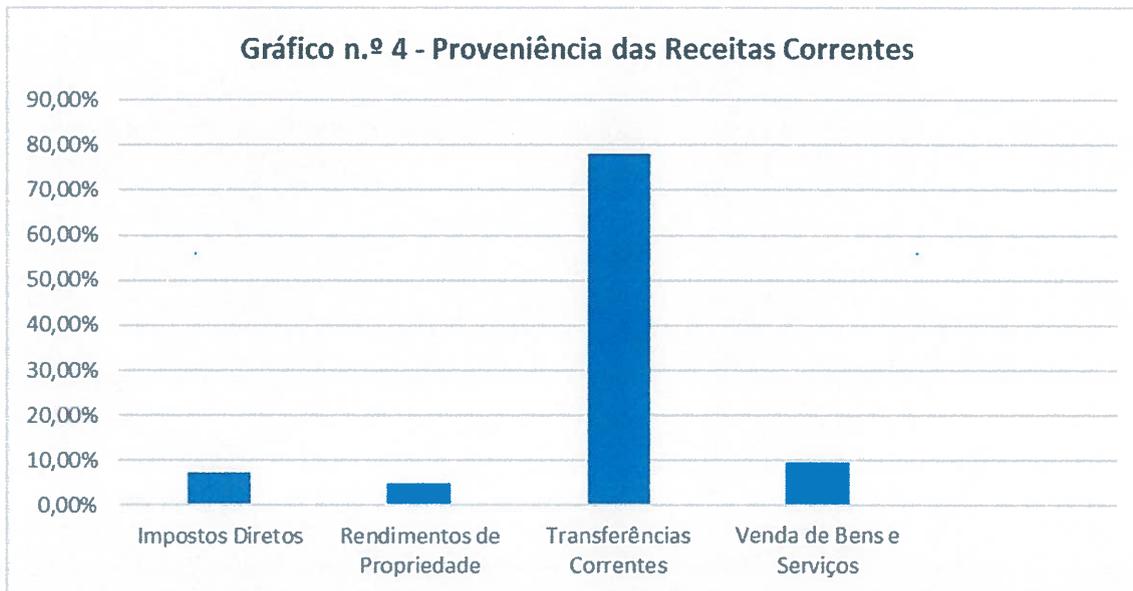
incorporação no Orçamento Municipal, devido à não aprovação dos Documentos de Prestação de Contas por parte da Assembleia Municipal em 27 de abril de 2018.

II – 1- 4 Resumo das Receitas

Por último, temos que as receitas correntes em 2018, conseguiram cobrir as despesas correntes, pois estas últimas foram no valor global de € 4.559.912,74, sendo as receitas correntes no valor de € 5.136.051,81.

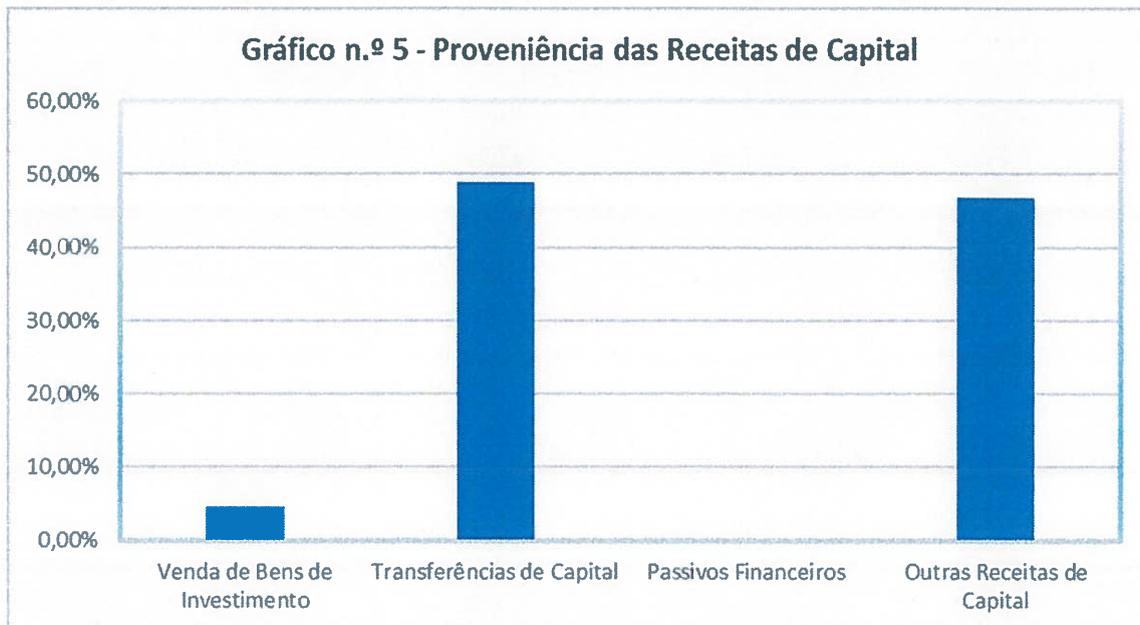
No cômputo geral das receitas correntes, continua a verificar-se que ao longo dos últimos anos, são as "Transferências Correntes", com cerca de 78,04%, a "Venda de Bens e Serviços", com 9,36%, os "Impostos Diretos", com 7,19% e os "Rendimentos de Propriedade", com 4,69% que apresentam maior peso, no total das receitas correntes. As restantes rubricas com cerca de 0,72%, apresentam valores em termos absolutos de pouca relevância.

O gráfico que se segue elucida bem o peso das receitas correntes.



Ao nível das receitas de capital são as "Transferências de Capital", com 48,77% e as "Outras Receitas de Capital", com 46,81% que apresentam maior peso na estrutura das receitas de capital, a percentagem destinada à "Venda de bens de Investimento", foi apenas de 4,42%.

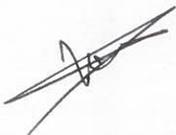
de Seferce

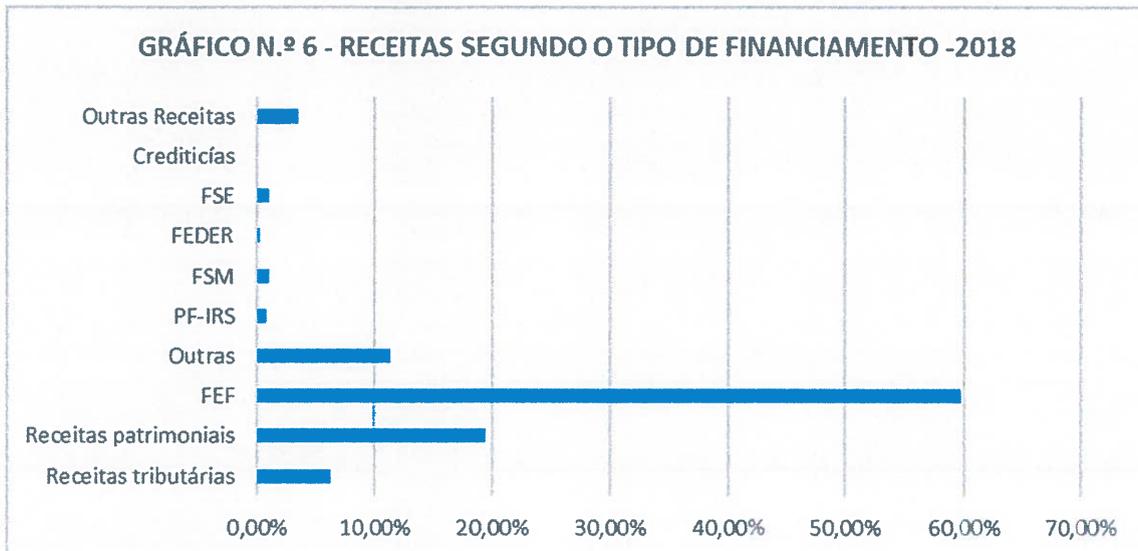



II – 1- 5 Receitas Segundo o Tipo de Financiamento – 2018

Quadro n.º 4 – Receitas Segundo o Tipo de Financiamento

DESIGNAÇÃO	2017		2018	
	VALOR €		VALOR €	
	Q	%	Q	%
RECEITAS PRÓPRIAS				
Receitas tributárias	327 069,95	5,60%	370 840,71	6,30%
Receitas patrimoniais	875 562,72	14,99%	1 140 031,13	19,38%
SUB-TOTAL	1 202 632,67	20,59%	1 510 871,84	25,68%
TRANSFERÊNCIAS				
FEF	3 463 019,00	59,30%	3 513 051,00	59,71%
FSM	64 915,00	1,11%	64 915,00	1,10%
PF-IRS	47 175,00	0,81%	50 770,00	0,86%
Outras	611 155,95	10,47%	671 077,01	11,41%
SUB-TOTAL	4 186 264,95	71,68%	4 299 813,01	73,08%
RECEITAS CREDITÍCIAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
COOPERAÇÃO FINANCEIRA				
FEDER	247 494,25	4,24%	13 243,25	0,23%
Contratos-programa				
FSE	0,00	0,00%	59 721,96	1,02%
SUB-TOTAL	247 494,25	4,24%	72 965,21	1,24%
OUTRAS RECEITAS				
Saldo da Gerência Anterior	203 477,57			
SUB-TOTAL	203 477,57	3,48%	0,00	0,00%
TOTAL	5 839 869,44	100,00%	5 883 650,06	100,00%

Desafio




II – 1- 6 Receita – Desvios

Quadro n.º 5 – Desvios

DESIGNAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	VARIACÃO	
			Q	%
RECEITAS CORRENTES				
Impostos Diretos	446 800,00	369 323,70	77 476,30	17,34%
Impostos Indiretos	2 900,00	1 517,01	1 382,99	47,69%
Taxas, Multas e Penalidades	16 800,00	15 759,54	1 040,46	6,19%
Rendimentos de Propriedade	252 100,00	241 082,62	11 017,38	4,37%
Transferências Correntes				
FEF	3 161 746,00	3 161 746,00	0,00	0,00%
FSM	64 915,00	64 915,00	0,00	0,00%
PF-IRS	50 770,00	50 770,00	0,00	0,00%
Outras	675 050,00	730 798,97	-55 748,97	-8,26%
Venda de Bens	181 300,00	116 087,99	65 212,01	35,97%
Venda de Serviços	467 000,00	362 226,41	104 773,59	22,44%
Rendas e Alugueres	23 500,00	2 445,00	21 055,00	89,60%
Outras Receitas Correntes	2 259 896,00	19 379,57	2 240 516,43	99,14%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7 602 777,00	5 136 051,81	2 466 725,19	32,45%
RECEITAS DE CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	28 685,00	33 050,00	-4 365,00	-15,22%
Transferências Capital				
FEF	351 305,00	351 305,00	0,00	0,00%
Outras	863 500,00	13 243,25	850 256,75	98,47%
Passivos Financeiros				
Empréstimos de curto prazo				
Outras Receitas de Capital	628 173,00	350 000,00	278 173,00	44,28%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1 871 663,00	747 598,25	1 124 064,75	60,06%
OUTRAS RECEITAS				
TOTAL OUTRAS RECEITAS				
RECEITA TOTAL	9 474 440,00	5 883 650,06	3 590 789,94	37,90%

desafio
~~Handwritten signature~~

Gráfico n.º7 Receitas correntes
Desvios

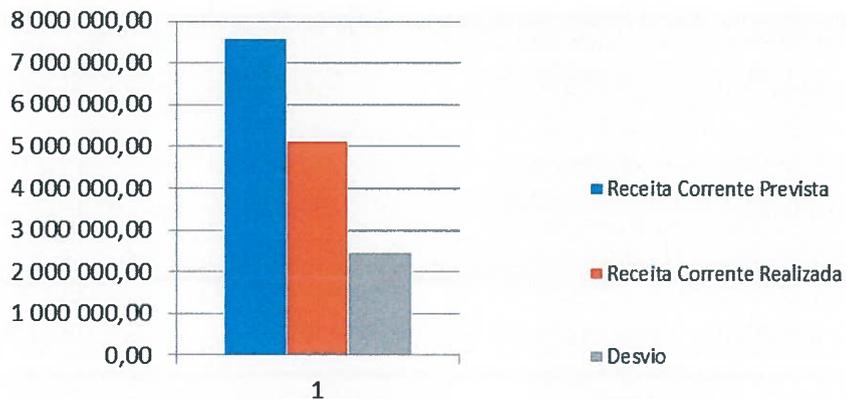
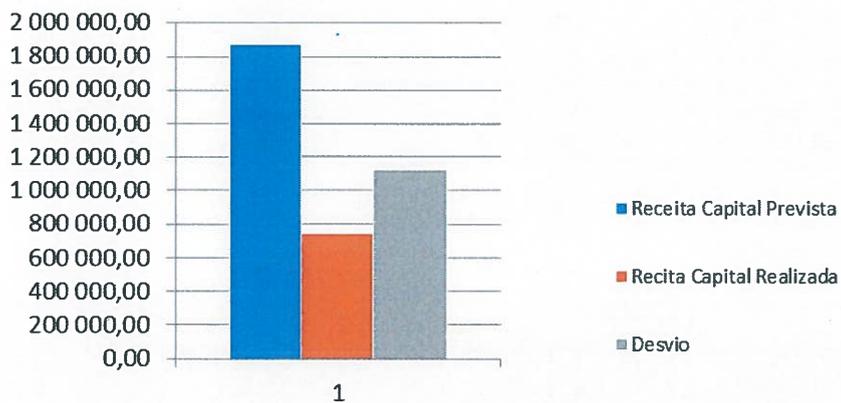


Gráfico n.º8 Receitas Capital
Desvios



Resposta

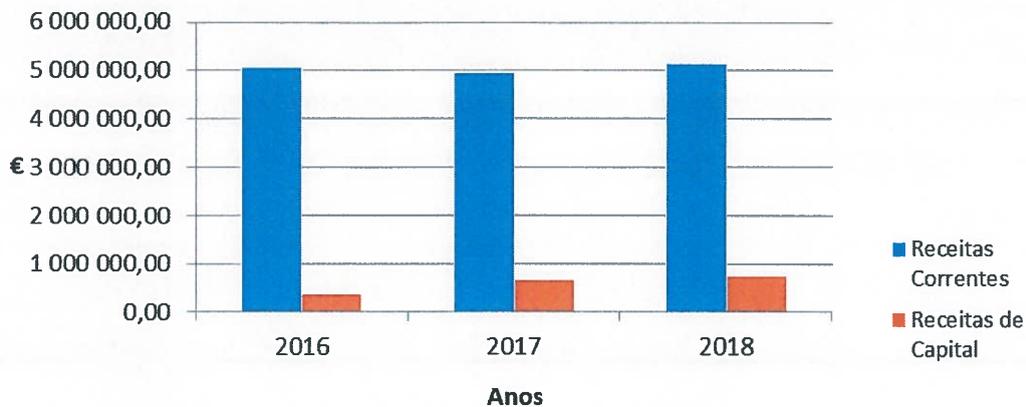
II – 1 - 7 Evolução da Receita

Quadro n.º 6 - Evolução da Receita

DESIGNAÇÃO	2016	2017	2018	Variação 18/17	
				q	%
RECEITAS CORRENTES					
Impostos Diretos	557 369,84	323 580,99	369 323,70	45 742,71	14,14
Impostos Indiretos	1 866,41	3 488,96	1 517,01	-1 971,95	-56,52
Taxas, Multas Penalidades	13 654,86	16 608,74	15 759,54	-849,20	-5,11
Rendimentos de Propriedade	256 163,76	232 548,47	241 082,62	8 534,15	3,67
<i>Transferências Correntes</i>					
FEF	3 023 119,00	3 116 717,00	3 161 746,00	45 029,00	1,44
FSM	64 915,00	64 915,00	64 915,00	0,00	0,00
PF-IRS	51 178,00	47 175,00	50 770,00	3 595,00	7,62
Outros	609 888,07	624 687,02	730 798,97	106 111,95	16,99
Venda de Bens	125 601,90	129 171,93	116 087,99	-13 083,94	-10,13
Venda de Serviços	364 274,18	386 824,96	362 226,41	-24 598,55	-6,36
Rendas	2 108,69	342,00	2 445,00	2 103,00	614,91
Outras Receitas Correntes	4 006,73	15 052,01	19 379,57	4 327,56	28,75
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	5 074 146,44	4 961 112,08	5 136 051,81	174 939,73	3,53
RECEITAS DE CAPITAL					
Venda de Bens de Investimento	29 180,91	95 014,61	33 050,00	-61 964,61	-65,22
<i>Transferências de Capital</i>					
FEF	335 902,00	346 302,00	351 305,00	5 003,00	1,44
Outros		233 963,18	13 243,25	-220 719,93	-94,34
<i>Passivos Financeiros</i>					
Empréstimos Curto prazo					
Empréstimos Médio Longo Prazo					
Outras Receitas Capital	15 618,40		350 000,00	350 000,00	
TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL	380 701,31	675 279,79	747 598,25	72 318,46	10,71
OUTRAS RECEITAS		203 477,57	0,00	-203 477,57	-100,00
TOTAL OUTRAS RECEITAS					
RECEITA TOTAL	5 454 847,75	5 839 869,44	5 883 650,06	43 780,62	0,75

Despese

Gráfico n.º 9 - Evolução das Receitas



II – 2 - DESPESA

Relativamente à componente Despesa, esta registou um montante global de € 5.544.420,66, repartido da seguinte forma:

→ Despesa Corrente: € 4.559.912,74

→ Despesa de Capital: € 984.507,92

As despesas correntes registaram em 2018 um decréscimo de 2,53% (-€ 118.172,28), relativamente ao ano de 2017, situação idêntica se verificou com as despesas de capital registaram em decréscimo de 14,63% (-€ 168.763,70). Em termos contabilísticos apenas está refletida a despesa paga, existem no entanto € 1.232.578,42 de faturas processadas e não pagas, por falta de disponibilidade de Tesouraria.

No total da despesa, constata-se que são as despesas com "Pessoal", € 2.713.047,96, a componente com maior peso, ou seja representa 48,93% da mesma, seguindo-se as seguintes rubricas:

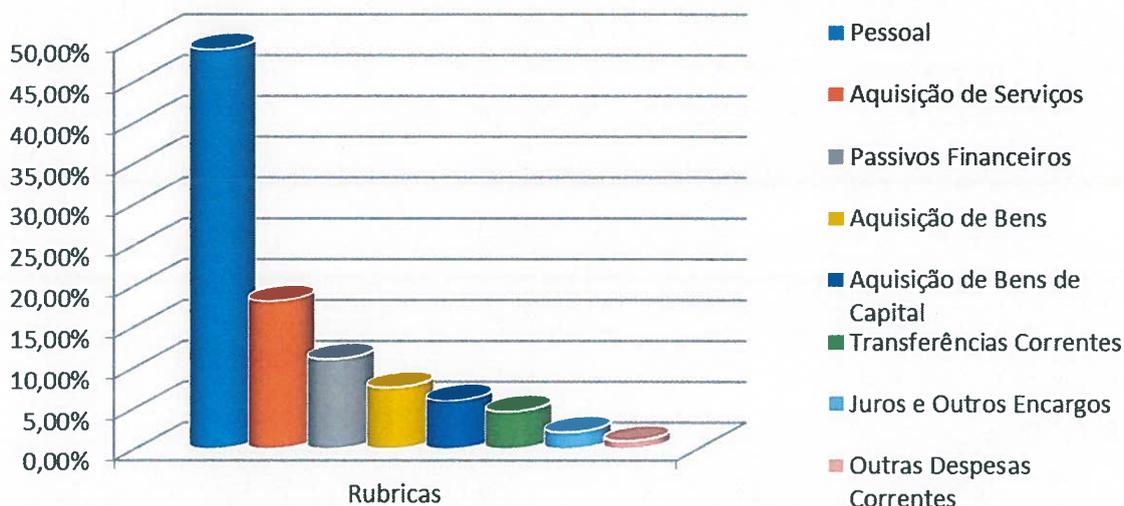
Quadro n.º 7 – Despesas mais relevantes

RUBRICA	IMPORTÂNCIA	%
Aquisição de Serviços	1.007.075,42 €	18,16
Passivos Financeiros	610.308,01 €	11,00
Aquisição de Bens	417.744,86 €	7,53
Aquisição de Bens de Capital	329.146,86 €	5,94
Transferências Correntes	254.127,36 €	4,58
Juros e Outros Encargos	113.530,87 €	2,05
Outras Despesas Correntes	54.386,27 €	0,98
Ativos Financeiros	37.488,00 €	0,68
Transferências de Capital	7.565,05 €	0,14

desfazer

Para melhor compreensão, apresenta-se, seguidamente, um gráfico com o valor relativo de cada uma das principais rubricas da despesa.

Gráfico n.º 10 - Peso da Despesa por Rubricas



II – 2-1 Despesas Correntes

Nas despesas com *pessoal*, estão incluídas as remunerações dos órgãos autárquicos, dos funcionários municipais e do pessoal em regime de tarefa ou avença. Estão ainda incluídos todos os encargos relacionados com suplementos remuneratórios e os encargos inerentes à Segurança Social. Relativamente a esta área é conveniente salientar que os gastos com o pessoal, na Autarquia de Mourão, como em qualquer outra organização, têm um peso importante, pois constitui uma das despesas necessárias ao funcionamento da Autarquia e ao desempenho da sua atividade. Apresentaram em 2018, um valor de € 2.713.047,96, registando um acréscimo de 0,41% (+€ 19.472,98), face aos valores apresentados em 2017. As sob rubricas que apresentaram uma variação positiva foram por ordem decrescente: "Pessoal em Funções", com 076% (+€ 20.417,02), o valor do aumento desta sob rubrica deveu-se á entrada para o Quadro de Pessoal da CMM de dois Nadadores Salvadores e um Jurista, ao abrigo do PREVPAP-Programa de Regularização dos Vínculos Precários na Administração Pública, "Outros Abonos em Numerário ou Espécie", com 0,31% (+€ 8.424,26), "Segurança Social – Regime Geral", com 0,27% (+€ 7.435,01), "Ajudas de Custo", com 0,22% (+€ 5.936,68), "Subsídio de Férias e de Natal", com 0,20% (+€ 5.323,47), "Horas



Extraordinárias", com 0,13% (+€ 3.466,36), "Outras Prestações Familiares", com 0,04% (+€ 932,08), "Remunerações por doença Maternidade/Paternidade", com 0,02% (+€ 521,96), "Outros Encargos com a saúde", com 0,02% (+€ 498,83) e "Pessoal Aguardando Aposentação", com 0,01% (+€ 387,99). Contrariamente apresentaram variação negativa as seguintes sob rubricas: "Caixa Geral de Aposentações", com 0,53% (-€ 14.417,09), "Encargos com a Saúde", com 0,33% (-€ 9.101,37), "Outros", com 0,20% (-€ 5.214,79), "Subsídio Familiar a Crianças e Jovens", com 0,18% (-€ 4.969,70), "Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais", com 0,06% (-€ 1.554,66) e "Gratificações", com 0,04% (-€ 1.011,00), registaram valores idênticos as sob rubricas: "Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos", "Pessoal em Qualquer Outra Situação", "Representação" e "Abono para Falhas". As despesas com o pessoal representam 59,50% das despesas correntes e 48,93% do total da despesa.

A despesa com a *Aquisição de Bens* foi de € 417.744,86 registou um decréscimo de 1,55% (-€ 72.368,34), face aos valores de 2017, sendo mais acentuado nas seguintes sob rubricas: "Matérias-Primas e Subsidiárias", com 1,02% (-€ 8.255,77) e "Mercadorias para Venda - Água", com 1,59% (-€ 74.645,25), as sob rubricas que registaram uma variação positiva mais acentuada foram: "Combustíveis e Lubrificantes - Gasóleo", com 0,27% (+€ 12.684,00) e "Combustíveis e Lubrificantes - Outros", com 0,15% (+€ 7.196,96). Esta rubrica representa 9,16% na estrutura das despesas correntes e 7,53% no total da despesa. O desvio verificado em relação ao Orçamento foi 64,97% (-€ 774.630,14).

A rubrica *Aquisição de Serviços*, teve na gerência em análise um valor de € 1.007.075,42 registou um decréscimo de 1,42% (-€ 66.319,69) face a 2017. As sob rubricas que por ordem decrescente registaram uma diminuição na gerência em apreciação foram as seguintes: "Encargos de Instalações", com 1,64% (-€ 76.722,22), "Assistência Técnica", com 1,27% (-€ 59.322,37), "Outros Trabalhos Especializados", com 0,84% (-€ 39.407,00), "Limpeza e Higiene", com 0,83% (-€ 38.987,25), "Conservação de Bens", com 0,27% (-€ 12.755,38), "Serviços de Saúde", com 0,08% (-€ 3.779,80), "Transportes", com 0,04% (-€ 1.961,31), "Representação dos Serviços", com 0,02% (-€ 1.037,10) e "Formação", com 0,01% (-€ 452,50). Contrariamente verificou-se também nesta rubrica, várias sob rubricas com variação positiva, estando identificadas também por ordem decrescente: "Outros Serviços", com 2,40% (+€ 112.463,71), "Vigilância e Segurança", com 0,74% (+€ 34.368,67), "Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria", com 0,12% (+€ 5.385,51), "Locação de Outros Bens", com 0,11% (+€ 5.340,74),

49592


"Publicidade", com 0,08% (+€ 3.862,98), "Comunicações", com 0,06% (+€ 2.733,70), "Seguros", com 0,03% (+€ 1.292,39), "Encargos de Cobrança de Receitas", com 0,03% (+€ 1.305,87), "Locação de Material de Transporte", com 0,02% (+€ 824,82) e "Deslocações e Estadas", com 0,01% (+€ 526,53), com valor idêntico verificou-se a sob rubrica "Locação de Edifícios". Esta rubrica representa 22,08% das despesas correntes e 18,16% das despesas totais. O desvio face ao Orçamento foi de 42,46% (-€ 743.29,58).

Em 2018 os *Juros e Outros Encargos* registaram um valor de € 113.530,87, verificando-se um decréscimo de 0,08% (-€ 3.943,95) relativamente a 2017. Esta rubrica, agrega os *Juros de empréstimos de médio longo prazo*, cujo total ascendeu a € 68.093,26, menos 0,55% (-€ 25.545,52) do que em 2017, *Outros Juros*, cujo valor ascendeu a € 45.376,56, mais 0,46% (+€ 21.600,97), devido essencialmente á faturação emitida pela Empresa "Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A" relativamente à sob rubrica *Outros Encargos Correntes da Dívida Pública*, o seu valor atingiu € 61,05, registando um acréscimo de 0,99% (+€ 0,60). O seu peso nas despesas correntes é de 2,49% e de 2,05% nas despesas totais. Esta rubrica registou face à previsão orçamental, um desvio de 74,44% (-€ 330.664,13).

As *Transferências Correntes* em 2018 ascenderam a € 254.127,36, mais 0,46% (+€ 21.815,83) do que em 2017, o peso desta despesa é essencialmente destinado às Sob rubricas: "Estado", cujo valor de € 13.882,38 correspondeu ao valor pago ás Escolas, ao abrigo da Alínea d) do n.º 1 do art.º 13.º e da Alínea b) do n.º 3 do art.º 19.º da Lei 159/99 de 14 de setembro, verificou-se um decréscimo de 0,05% (-€ 2.483,70) relativamente a 2017, "*Administração Local – Freguesias*" cujo valor de € 48.679,92 correspondeu á transferência efetuada para as Juntas de Freguesia de Mourão, Granja e Luz, ao abrigo dos Protocolos estabelecidos, registou um acréscimo de 0,67% (+€ 31.522,38) em relação ao ano de 2017, em virtude do valor atribuído em 2018 corresponder ao ano completo, "*Administração Local – Associações de Municípios*" cujo valor pago em 2018, inclui as Contribuições e diversos projetos protocolados com a "CIMAC", Contribuições para a "Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago – Alqueva" e "ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses ascendeu a € 80.773,95, menos 0,32% (-€ 15.064,25), "*Instituições Sem Fins Lucrativos*", com um valor pago de € 30.630,00, sendo que o valor de € 30.000,00, visou o apoio à "Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão" ao abrigo do "Protocolo para Enquadramento de Pessoal, destinado o integrar as Equipas de Intervenção Permanente" e o valor de € 630,00 fez face ao apoio concedido á Associação de

psfane


Atletismo de Évora, para a realização da Prova de Corta Mato "Paulo Guerra", esta sob rubrica registou um acréscimo de 0,01% (+€ 630,00), por fim a sob rubrica "Famílias - Programas Ocupacionais" com € 80.161,11 mais 0,15% (+€ 7.211,40) face ao ano de 2017, o respetivo valor corresponde ao pagamento do pessoal abrangido pelos Contratos "Emprego - Inserção" e "Emprego - Inserção +). São beneficiários destes contratos, os desempregados inscritos nos Centros de Emprego e titulares:

a) Subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego, designados desempregados subsidiados.

b) Do Rendimento Social de Inserção.

Estes projetos de trabalho socialmente necessário, não podem ter uma duração superior a doze meses. No que diz respeito à medida "Contrato Emprego - Inserção", os seus utentes auferem de uma bolsa mensal de 20% da prestação mensal de desemprego ou de 20% do indexante dos apoios sociais (caso se trate de subsídio social de desemprego) sendo o pagamento, da responsabilidade da entidade promotora - Câmara Municipal de Mourão. Portanto, caso o utente aufera subsídio de desemprego, o valor da bolsa, varia consoante o montante desse mesmo subsídio. No que diz respeito à medida "Contrato Emprego - Inserção +", os encargos com a remuneração mensal do desempregado, são comparticipados pelo IEFP a 80%, durante todo o projeto, ficando a restante percentagem 20%, a cargo da Câmara Municipal de Mourão. As transferências correntes correspondem a 5,57% das despesas correntes e a 4,58% das despesas totais. O desvio relativamente à previsão orçamental foi de 53,18% (-€ 288.663,64).

A rubrica *Subsídios*, não foi objeto de registo no ano de 2018, em virtude de no corrente ano não terem sido atribuídas Bolsas de Estudo a alunos universitários.

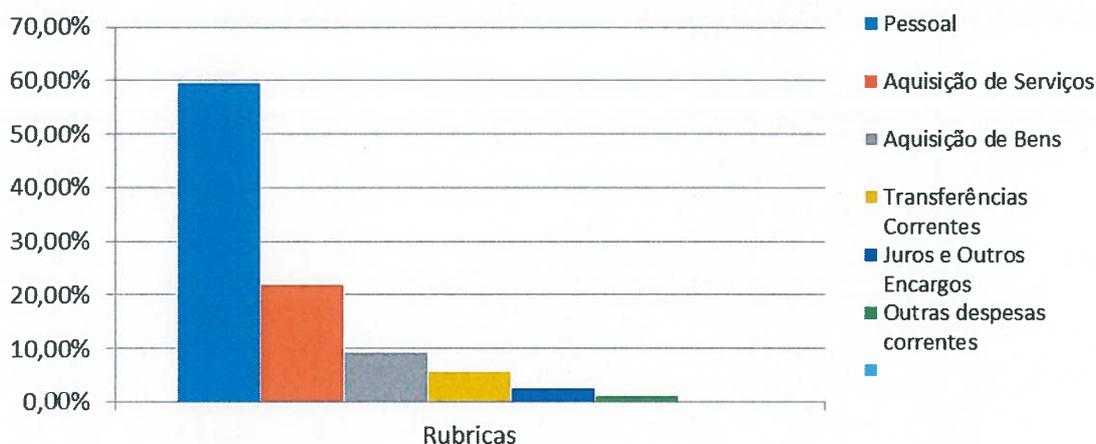
As *Outras Despesas Correntes*, ascenderam em 2018 a € 54.386,27, diminuíram 0,19% (-€ 8.930,11), face a 2017. Correspondem a 1,19% das despesas correntes e a 0,98% do total da despesa. Relativamente à previsão orçamental verificou-se um desvio de 43,29% (-€ 41.513,73).

Relativamente às despesas Correntes, constatamos que é a rubrica de "Pessoal" que representa cerca de 59,50% do total, apresentando um valor superior a € 2.500.000,00, logo seguida pela "Aquisição de Serviços", com € 1.007.075,42 ou seja 22,09%, seguindo-lhe a "Aquisição de Bens", com € 417.744,86 e 9,16%,

Resumo

"Transferências Correntes" com € 254.127,36 e 5,57%, "Juros e Outros Encargos" com € 113.530,87 e 2,49%, por fim a rubrica "Outras Despesas Correntes", com € 54.386,27 e 1,19%. Para melhor compreensão, apresenta-se, seguidamente, um gráfico com o valor relativo de cada uma das principais rubricas da despesa corrente.

Gráfico n.º 11 - Peso das Despesas Correntes por Rubricas



A variação percentual das referidas rubricas, no cômputo geral das despesas correntes, apresenta um decréscimo de 2,53%, (-€ 118.173,28), face ao ano de 2017, repartido: 1,55% (-€ 72.368,34) na "Aquisição de Bens", 1,42% (-€ 66.319,69) na "Aquisição de Serviços", 0,19% (-€ 8.930,11) nas "Outras Despesas Correntes", 0,16% (-€ 7.900,00) nos "Subsídios" e 0,08% (-€ 3.943,95) nos "Juros e Outros Encargos". Em contrapartida as rubricas "Pessoal" e "Transferências Correntes" registaram um acréscimo de 0,41% (+€ 19.472,98) e 0,46% (+€ 21.815,83) respetivamente.

No ano de 2018 ficaram por liquidar relativamente a estas rubricas 6,79% de encargos assumidos.

O Gráfico seguinte demonstra, o decréscimo verificado nas despesas correntes, relativamente a 2018:

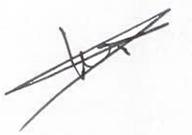
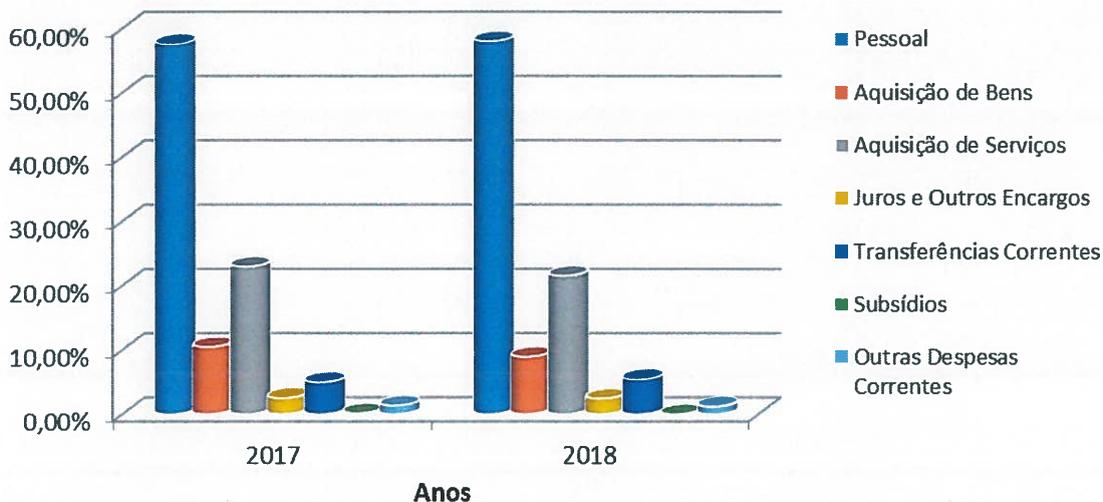
afesfene


Gráfico n.º 12 - Comparação das Despesas Correntes



II – 2 - 2 Despesas de Capital

As despesas de Capital, em 2018 ascenderam a € 984.507,92, verificou-se um decréscimo de 14,63% (-€ 168.763,70) face a 2017. Relativamente à previsão orçamental verificou-se um desvio de 61,31% (-€ 1.560.216,08). Este tipo de despesa corresponde a 17,76% do total das despesas.

A despesa efetuada com a *Aquisição de bens de capital*, foi de € 329.146,86. Face aos valores de 2017, registou um decréscimo 21,74% (-€ 250.713,52), repartido pelas seguintes sob rúbricas: "Construções Diversas - Outros", com 18,52% (-€ 213.609,31), "Recolha de Resíduos", com 10,97% (-€ 126.492,48), "Parques e Jardins", com 2,65% (-€ 30.563,58), "Material de Transporte - Outro", com 0,42% (-€ 4.856,42), "Sinalização e Trânsito", com 0,23% (-€ 2.583,52) e "Ferramentas e Utensílios", com 0,04% (-€ 410,30). Em contrapartida as sob rubricas "Edifícios - Outros", "Iluminação Pública", "Equipamento de Informática", "Instalações Desportivas e Recreativas", "Equipamento de Recolha de Resíduos" e "Software Informático" registaram um acréscimo de 5,50% (+€ 63.407,91), 2,83% (+ € 32.600,09), 2,22% (+ € 25.598,90), 0,41% (+€ 4.701,10), 0,13% (+€ 1.380,06) e 0,01% (+€ 147,60) respetivamente. Relativamente á sob rubrica "Equipamento Básico - Outro) a mesma registou um valor idêntico no ano de 2017. Para a estrutura das despesas de capital esta despesa corresponde a 33,43% e para o total das despesas corresponde a 5,93%. Relativamente à previsão orçamental verificou-se um desvio de 79,49% (-€ 1.275.683,83)

No ano financeiro de 2018, a rubrica "*Transferências de Capital*", registou um valor de € 7.565,05, que correspondeu às transferências concedidas á CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, no âmbito dos projetos "*Grande Rota do Montado*" e "Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa" e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão, para despesas de investimentos. Comparativamente a 2017 registou um decréscimo de 0,39% (-€ 4.506,09). O peso desta rubrica na estrutura das despesas de capital é de 0,77% e de 0,14% no total das despesas, o desvio face ao orçamento foi de 90,53% (-€ 72.348,26)

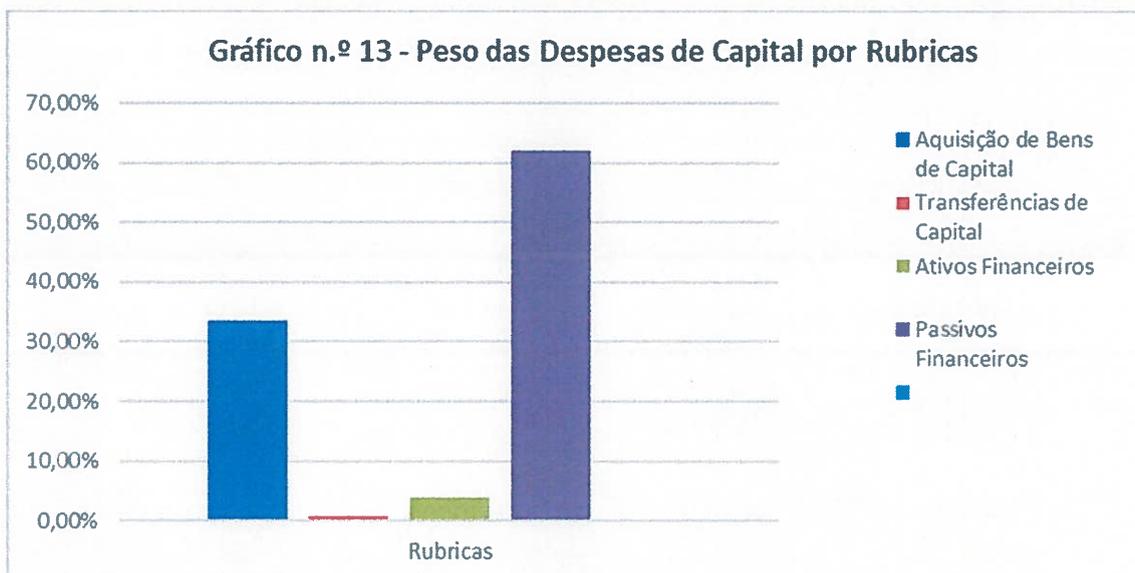
No ano financeiro de 2018 registou-se na rubrica "*Ativos Financeiros*", o valor de €37.488,00, correspondente á participação anual de unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos Municípios - FAM – Fundo de Apoio Municipal, que tem por objeto a recuperação financeira dos Municípios que se encontram em situação financeira de rotura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. O seu peso na despesa de capital é de 3,81% e de 0,68% no total da despesa.

Relativamente aos *Passivos Financeiros* em 2018, o seu valor ascendeu a € 610.308,01, resultou das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, verificou-se um acréscimo de 7,50% (+€ 86.455,91), comparativamente a 2017, o aumento verificado resultou do valor da amortização do empréstimo de Saneamento financeiro celebrado com o BPI – Banco Português de Investimento, em 08 de outubro de 2009, fixando-se o valor da amortização em 2018 em € 356.376,00, no entanto não conseguiu o Município amortizar o valor correspondente ao fixado no contrato pelo quinto ano consecutivo, tendo sido efetuada a retenção mensal de 10% do valor transferido pela DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais correspondente ao FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, relativamente ao valor de € 195.103,79 correspondeu á amortização dos empréstimos contratados com a Caixa Geral de Depósitos e Novo Banco, o valor de € 58.828,22 correspondeu á amortização do empréstimo, contratado com a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças – PAEL. O seu peso na despesa de capital é de 61,99% e de 11% no total da despesa. Relativamente á previsão orçamental, verifica-se um desvio de 25,80% (-€ 212.183,99).

A rubrica "*Passivos Financeiros*", com € 610.308,01, representando cerca de 61,99% do valor total das despesas de capital e "*Aquisição de Bens de Capital*", com € 329.146,86, representando cerca de 33,43%, absorvem 95,42% do registo desta despesa, as restantes rubricas representam 4,58% do total da despesa de

capital, tendo pouco significado em termos de valor absoluto, conforme é demonstrado no gráfico que se segue.

desdore
~~to~~



II – 2-3 Evolução da Despesa

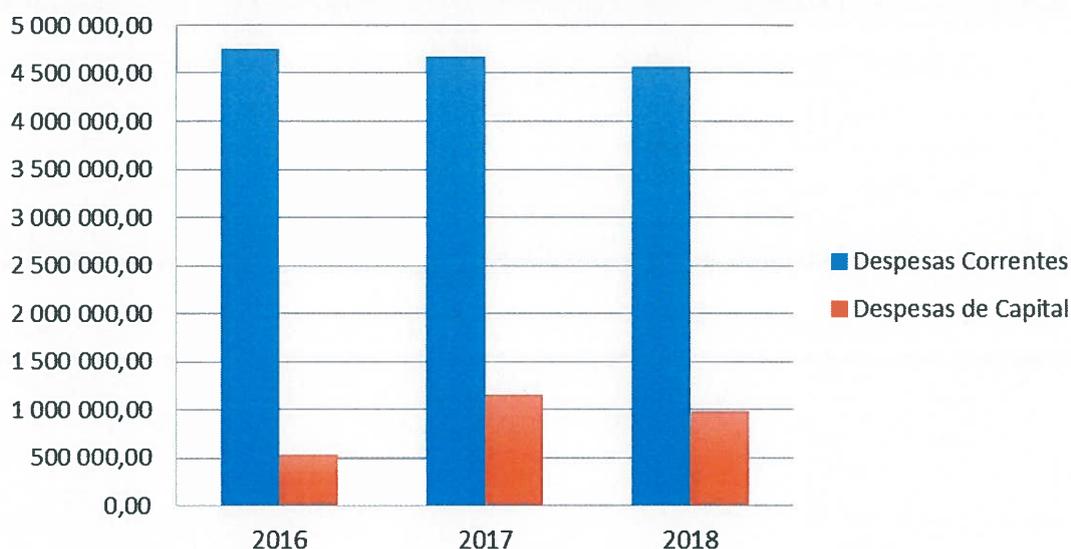
Quadro n.º 8 – Evolução da Despesa

DESIGNAÇÃO	2016	2017	2018	Variação 17/18	
				q	%
DESpesas CORRENTES					
Pessoal	2 760 319,55	2 693 574,98	2 713 047,96	19 472,98	0,72
Aquisição de Bens	515 832,53	490 113,20	417 744,86	-72 368,34	-14,77
Aquisição de Serviços	953 600,41	1 073 395,11	1 007 075,42	-66 319,69	-6,18
Juros e Outros encargos	209 553,48	117 474,82	113 530,87	-3 943,95	-3,36
Transferências Correntes	236 840,87	232 311,53	254 127,36	21 815,83	9,39
Subsídios	5 500,00	7 900,00		-7 900,00	-100,00
Outras despesas correntes	67 618,15	63 316,38	54 386,27	-8 930,11	-14,10
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	4 749 264,99	4 678 086,02	4 559 912,74	-118 173,28	-2,53
Aquisição de Bens de Capital	96 307,00	579 860,38	329 146,86	-250 713,52	-43,24
Transferências de Capital	14 710,74	12 071,14	7 565,05	-4 506,09	-37,33
Ativos Financeiros	37488	37488	37488	0,00	0,00
<i>Passivos Financeiros</i>					
Empréstimos a Curto Prazo					
Empréstimos Médio Longo Prazo	383297,56	523852,1	610308,01	86 455,91	16,50
TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL	531 803,30	1 153 271,62	984 507,92	-168 763,70	-14,63
DESPESA TOTAL	5 281 068,29	5 831 357,64	5 544 420,66	-286 936,98	-4,92

Hesfane

O gráfico seguinte demonstra, a evolução das despesas correntes e de capital ao longo dos últimos três anos:

Gráfico n.º14 Evolução das Despesas



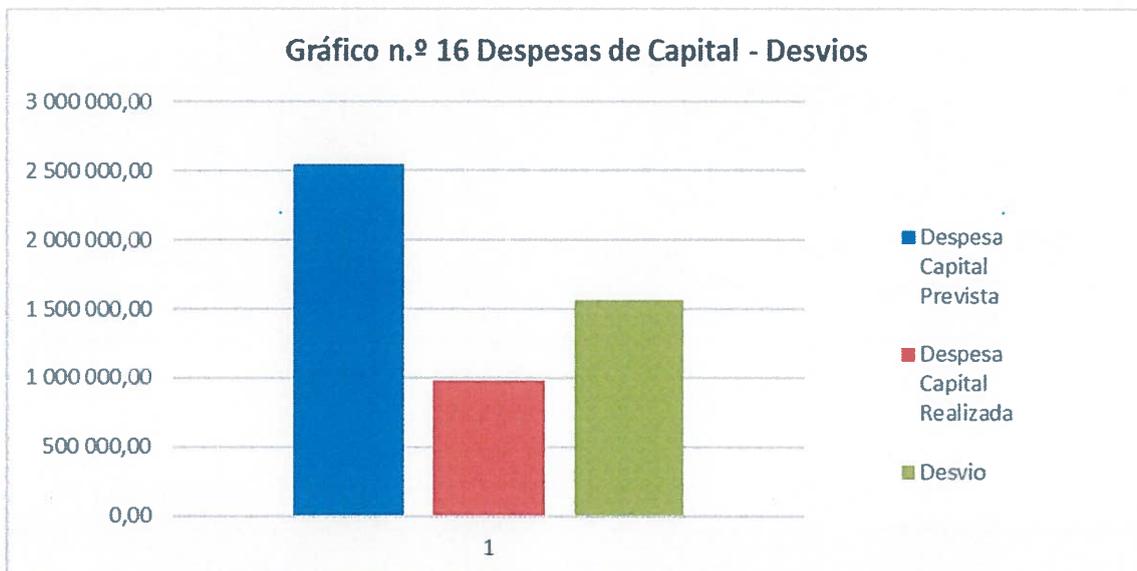
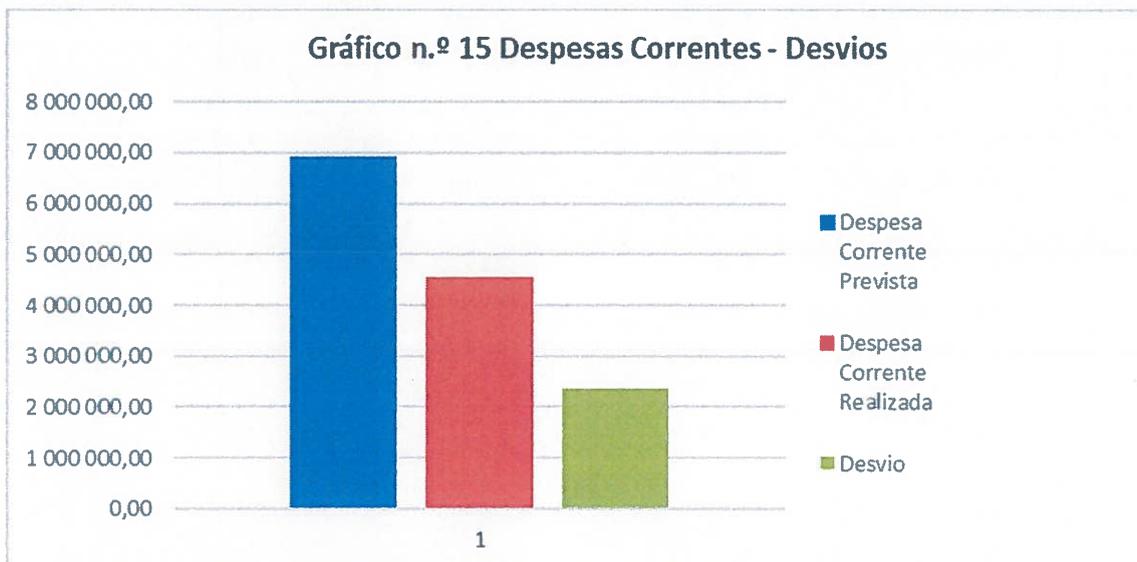
II – 2-4 Despesa – Desvios

Quadro n.º 9 – Desvios da Despesa

DESIGNAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	VARIAÇÃO	
			Q	%
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal	2 904 350,00	2 713 047,96	191 302,04	6,59%
Aquisição de Bens	1 192 375,00	417 744,86	774 630,14	64,97%
Aquisição de Serviços	1 750 105,00	1 007 075,42	743 029,58	42,46%
Juros e Outros Encargos	444 195,00	113 530,87	330 664,13	74,44%
Transferências Correntes	542 791,00	254 127,36	288 663,64	53,18%
Subsídios				
Outras Despesas Correntes	95 900,00	54 386,27	41 513,73	43,29%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6 929 716,00	4 559 912,74	2 369 803,26	34,20%
DESPESAS DE CAPITAL				
Aquisição de Bens de Capital	1 604 830,69	329 146,86	1 275 683,83	79,49%
Transferências de Capital	79 913,31	7 565,05	72 348,26	90,53%
Ativos Financeiros	37 488,00	37 488,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	822 492,00	610 308,01	212 183,99	25,80%
Outras Despesas Capital				
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	2 544 724,00	984 507,92	1 560 216,08	61,31%
DESPESA TOTAL	9 474 440,00	5 544 420,66	3 930 019,34	41,48%

despense
~~15~~

Os gráficos que se seguem, demonstram os desvios verificados, nas despesas correntes e de capital, relativamente à previsão do Orçamento.



405/2018
~~405/2018~~

II – 2-5 Equilíbrio Orçamental

O Princípio do Equilíbrio Orçamental encontra-se preconizado no POCAL e dispõe que as receitas correntes têm de ser pelo menos iguais às despesas correntes. No entanto, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, foi introduzida uma inovação, mais restrita, passando a consagrar que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Deste modo verificamos que não foi dado cumprimento a esta disposição legal.

Quadro n.º 10 – Equilíbrio Orçamental

	2018
Receitas Correntes Brutas	5 136 051,81
Despesas Correntes	4 559 912,74
Saldo Corrente	576 139,07
Média dos Empréstimos de M/LP	610 103,00
Equilíbrio Orçamental	-33 963,93

II - 3 RESUMO

Em jeito de conclusão, podemos constatar que a Autarquia viu o seu Orçamento executado a 67,60%, no que respeita às receitas correntes e a 65,80% no que respeita às despesas correntes. No que se refere às receitas e despesas de capital a execução foi de 39,90% e 38,69%, respetivamente.

II-4 DISPONIBILIDADES

Em 2018-12-31, as disponibilidades totais eram de € 401.484,05, sendo € 347.741,20, de operações orçamentais e € 53.742,85 de operações não orçamentais.

gestão
~~10~~

O Saldo da rubrica "Depósitos Bancários" e "Caixa", era no final de 2018 de € 401.484,05, representando um acréscimo de 479,10% (+€ 332.154,83) face a 2017.

II - 5 ENDIVIDAMENTO

II – 5-1 Dívida a Terceiros

A Dívida de Curto Prazo ascende a € 1.313.434,77 e resulta: Dívida a Terceiros, conforme é demonstrado no quadro seguinte:

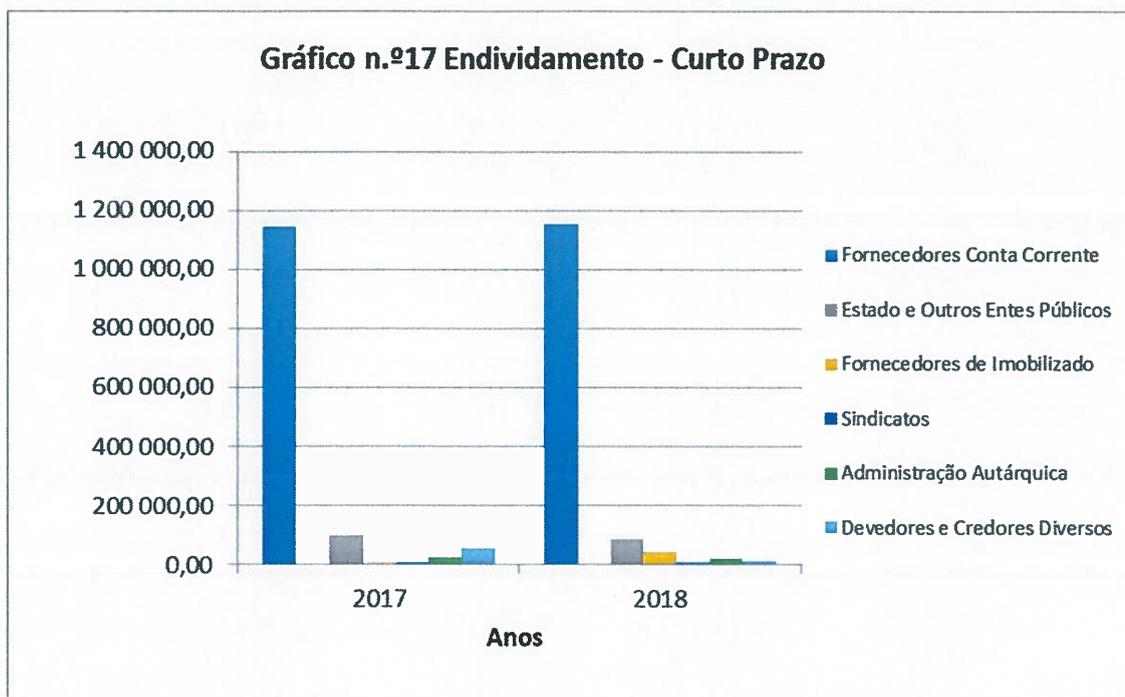
Quadro n.º 11 – Dívida a Terceiros - Curto prazo (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA	%
Fornecedores c/corrente	1.152.095,94	87,72
Estado e Outros Entes Públicos	86.158,16	6,55
Fornecedores de Imobilizado	42.926,82	3,27
Sindicatos	757,15	0,06
Administração Autárquica	20.565,57	1,57
Devedores e Credores diversos	10.931,13	0,83
TOTAL	1.313.434,77	100,00

Em 31 de Dezembro de 2018, existia IVA a pagar no montante de € 2.022,60.

Comparativamente ao ano de 2017, houve um decréscimo de 0,77% (-€ 10.161,30), conforme é demonstrado no seguinte gráfico:

Resefare
~~10~~



II – 5-2 Dívida de Terceiros

O quadro n.º 12 apresenta os valores em dívida de Terceiros, para com a Autarquia de Mourão, e a sua evolução nos últimos dois anos.

Quadro n.º 12 – Dívida de Terceiros – Curto Prazo (€)

2017	2018
81.209,60	75.788,24

O montante relativo às dívidas de terceiros à Autarquia de Mourão, encontra-se desagregado por:

A dívida de Clientes c/c e Contribuintes c/c representa € 68.190,17, e corresponde a cobranças a decorrer dentro do prazo, relativas a taxas, fornecimento de água, tratamento de efluentes, recolha de resíduos sólidos e a rendas e alugueres de bens patrimoniais.

A dívida de Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa ascende a € 7.598,07, e corresponde a fornecimento de água, tratamento de efluentes, recolha

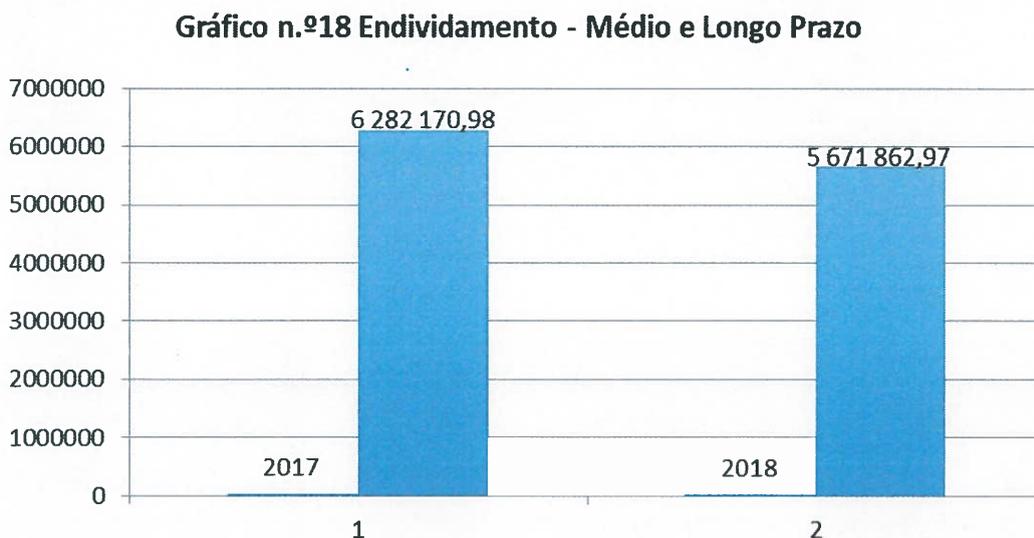
deleforse


de resíduos sólidos e rendas patrimoniais. A provisão para cobranças duvidosas ascende a € 1.800.998,25 tendo sido reforçada no corrente ano em € 18.690,07.

II – 5-3 Dívida de Médio e Longo Prazo

Relativamente ao endividamento de Médio e Longo prazo, o decréscimo foi de 9,71% (-€ 610.308,01) comparativamente a 2017, correspondendo o respetivo valor à amortização de vários empréstimos, de salientar que pelo quinto ano consecutivo se efetuou uma alteração à forma de reembolso de capital, relativamente ao empréstimo de Saneamento Financeiro contratualizado com o BPI em 08 de outubro de 2009, devido à impossibilidade do Município não poder cumprir com as obrigações assumidas, tendo sido efetuada mensalmente a retenção de 10% do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, fixando-se o capital amortizado em € 356.376,00.

O seguinte gráfico demonstra a evolução do endividamento de Médio e longo Prazo:



A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, definindo o conceito de endividamento e o modelo.

upse/re

II – 5-4 Limite de Dívida Total

Nos termos do n.º 1, 2, 3 e 4 do Artigo 52.ª da referida Lei:

“A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.ª, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

“A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais”.

Sempre que um Município:

“a) Não cumpra o limite no n.º 1 deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido.”

“b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.”

“Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.”

Para melhor compreensão e análise o mapa abaixo identificado, designado “Ficha do Município”, foi retirado da aplicação SIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local que consta na DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e identifica a situação de dívida total do Município de Mourão à data de 31 de dezembro de 2018.

Ficha do Município

MOURÃO

4.º Trimestre de 2018

A. Dados entidade:

Área (Km²) 278.6298 População (hab.) 2511 Eleitores (n.º) 2556
 Pessoal ao serviço (n.º) 159 (4.º Trimestre de 2018)

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2015	Receita Corrente Líquida 2016	Receita Corrente Líquida 2017	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.887.993	5.057.666	4.961.112	14.906.771	4.968.924

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2018 (1,5ª média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total

7.453.385,27

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Límite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SEM/AMB/SEL/Ent. Part.	Dívida Total	Dívida Total Excluído Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), ou (5)/(1)	(7)=(1)-(6), ou (6)/(1)	(8)=(7)*20%
7.453.385	01/01/2018						
	7.778.051	24.279	7.802.330	7.591.561	138.175		
	31/12/2018						
	7.195.129	22.936	7.218.065	7.051.958		401.427	80.285
Variação da Dívida %							-7,11%
Variação do Excesso da Dívida %							-100,00%
Margem Disponível por Utilizar							

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2018)

1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 4.816.353 PMP 226 dias
 2. Aquisição acumuladas 1.947.964
 3. Último PMP publicado 183 dias (31/12/2017)

PMP superior a 90 dias

Conforme se verifica no mapa em cima, o Prazo Médio de Pagamentos situou-se

afesijene

em 183 dias, refira-se que houve uma redução significativa de 316 dias em 2017, para 183 dias em 2018. Verifica-se ainda no respetivo mapa, que no final do mês de Dezembro de 2018, o Município registou uma dívida total no montante de € 7.051.958,00, inferior em € 401.427,00, ao limite efetivo em cima apurado, deixou de apresentar "Montante em Excesso" de dívida, para usufruir de "Margem Absoluta".

II – 5-5 Verificação dos Limites de Encargos com Pessoal para 2018

O Decreto – Lei n.º 35/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, revogou o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determinava que as despesas efetuadas com o pessoal do Quadro não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respetivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação, não poderiam ultrapassar 25% dos 60% supracitados, ou seja 15% das receitas correntes arrecadadas no ano anterior. Ainda que o referido diploma legal tenha sido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com o pessoal, e de acordo com instruções do Tribunal de Contas, não tendo sido publicado até à data diploma que defina nova forma de cálculo, é aplicado o previsto no Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de Abril.

Assim, conforme os quadros abaixo, quer as despesas com pessoal do Quadro quer com o pessoal em Qualquer Outra Situação, encontram-se dentro dos limites fixados. De salientar que o total dos encargos com pessoal, do Município, em 2017 foi de € 2.713.047,96, no montante de acordo com as instruções do SATAPOCAL, para o cálculo dos limites dos encargos com pessoal, apenas revelam algumas classificações económicas.

Quadro n.º 13 - Limite de Encargos com Pessoal do Quadro

Receitas Correntes - 2017	Limite das Despesas com Pessoal do Quadro para 2018	
4.961.112,08	60%	2.976.667,25

Quadro n.º 14 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.04	Pessoal dos Quadros - Regime de Contrato Individual de Trabalho	1.415.171,23
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	796,08
01.01.13	Subsídio de Refeição - Pessoal dos Quadros	167.027,77
01.01.14	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal dos Quadros	260.808,08
TOTAL		1.843.803,16

desfere
~~____~~

Quadro n.º 15 - Limite de Encargos com Pessoal em Qualquer Outra Situação

60% das Receitas Correntes - 2017	Limite das Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação para 2018	
2.976.667,25	25%	744.166.81

Quadro n.º 16 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.01	Titulares dos Órgãos de Soberania, Membros dos Órgãos Autárquicos	89.330,84
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	22.394,64
01.01.13.01	Subsídio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	4.579,20
01.01.14.01	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	18.814,26
TOTAL		135.118,94

II – 6 COMPROMISSOS/FUNDOS DISPONÍVEIS

Nos termos da alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA), consideram-se “Compromissos” para efeitos da referida Lei, as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

“Fundos Disponíveis”, de acordo com a alínea f) do artigo 3.º da LCPA e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, são verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos incluindo no caso da administração local: 1) as transferências ou subsídios com origem no Orçamento de Estado, relativos aos 6 meses seguintes; 2) a receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; 3) a receita efetiva própria a cobrar nos 6 meses seguintes; 4) o produto de empréstimos contraídos nos termos da Lei; 5) as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas; 6) outros montantes autorizados pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 4.º da LCPA.

Em conformidade com o disposto no artigo 5.º da LCPA e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, os compromissos só podem ser assumidos até ao montante dos

despese


fundos disponíveis e desde que seja verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, seja emitido um número sequencial e válido de compromisso e registado no sistema informático de apoio à execução orçamental.

Quadro n.º 17 – Compromissos Assumidos

Descrição	Período	Valor €
Compromissos Assumidos	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018	6.043.687,53 (1)
Compromissos Assumidos	Compromissos futuros	13.374.010,77 (2)
Compromissos Assumidos pagos	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018	5.544.420,66 (3)
Diferença = 1-3		499.266,87 (4)

Da análise do quadro supra, constata-se que no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, estão assumidos compromissos no valor total de € 6.043.687,53, do referido valor constata-se que € 5.860.649,95, fazem referência ao ano de 2018 e € 183.037,50 a anos anteriores, o valor de € 1.056.293,44 corresponde a compromissos que transitaram do exercício corrente para exercícios futuros, em virtude do Acordo de Pagamento celebrado com a Empresa – Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução dos Fundos Disponíveis durante o ano de 2017 e 2018.

Quadro n.º 18 – Evolução do Cálculo dos Fundos Disponíveis

Ano	Mês	Cálculo Fundos Disponíveis	Ano	Mês	Cálculo Fundos Disponíveis
2017	janeiro	1 787 554,50 €	2018	janeiro	2 918 761,04 €
	fevereiro	-3 144 440,18 €		fevereiro	-55 374,58 €
	março	-2 913 286,15 €		março	368 072,04 €
	abril	-2 680 208,90 €		abril	355 058,08 €
	maio	-2 883 080,00 €		maio	430 131,14 €
	junho	-2 068 037,63 €		junho	50 734,62 €
	julho	-2 037 151,25 €		julho	153 580,65 €
	agosto	-2 117 012,00 €		agosto	582 670,39 €
	setembro	-1 834 009,34 €		setembro	467 137,09 €
	outubro	-2 034 287,30 €		outubro	661 022,42 €
	novembro	-2 218 671,21 €		novembro	650 775,02 €
	dezembro	-2 162 256,36 €		dezembro	796 988,56 €

Após a análise do quadro n.º 18, verificamos que no decorrer do ano de 2018, á exceção do mês de fevereiro, o Município de Mourão respeitou na íntegra a Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA), não tendo compromissado qualquer valor com Fundos Disponíveis negativos.

II - 7 INDICADORES DE GESTÃO

II – 7-1 Rácios

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que, devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

Os quadros seguintes reúnem rácios financeiros mais importantes do ponto de vista da gestão municipal no ano de 2018.

WCS/done


Quadro n.º 19 – Rácios de Estrutura da Receita

Rácios de Estrutura da Receita									
Indicadores de Gestão		2016		2017		2018			
1	Receita Própria	1 354 227,28	24,83%	Receita Própria	1 202 632,67	20,59%	Receita Própria	1 510 871,84	25,68%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	
2	Receita Interna	2 041 649,68	37,43%	Receita Interna	2 346 208,49	40,18%	Receita Interna	2 286 447,05	38,86%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	
3	Impostos Diretos	557 369,84	10,22%	Impostos Diretos	323 580,99	5,54%	Impostos Diretos	369 323,70	6,28%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	
4	Fundos Municipais	3 359 021,00	61,58%	Fundos Municipais	3 463 019,00	59,30%	Fundos Municipais	3 513 051,00	59,71%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	
5	Passivos Financ.	0,00	0,00%	Passivos Financ.	0,00	0,00%	Passivos Financ.	0,00	0,00%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	
6	Fundos Comunit.	15 618,40	0,29%	Fundos Comunit.	247 494,25	4,24%	Fundos Comunit.	72 965,21	1,24%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	
7	Venda de Bens e Serviços Correntes	491 984,77	9,02%	Venda de Bens e Serviços Correntes	516 338,89	8,84%	Venda de Bens e Serviços Correntes	480 759,40	8,17%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	
8	Venda de Bens de Investimento	29 180,91	0,53%	Venda de Bens de Investimento	95 014,61	1,63%	Venda de Bens de Investimento	33 050,00	0,56%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	

Indicador 1 – A receita própria que consiste no somatório dos Impostos Indiretos com as Taxas, Multas e Outras Penalidades, com os Rendimentos de Propriedade, com a Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes e Venda de Bens de Investimento e com Outras Receitas Correntes e de Capital, alcançou o seu valor mais significativo em 2018, ano em que representou cerca de 25,68% da receita total, devido essencialmente ao aumento significativo das “Outras Receitas de Capital”, tendo um peso de 5,94% em 2018, sendo que em 2017 foi 0,0%.

Indicador 2 - A receita interna, calcula-se através da seguinte fórmula: Receita Total - Passivos Financeiros - (Transferências Correntes - Transferências de Fundos Comunitários Correntes) - (Transferências de Capital - Transferências de Fundos Comunitários de Capital) e em termos absolutos constata-se que no ano de 2018 o seu peso foi ligeiramente superior relativamente a 2017 de 40,18% para 38,86%.

Indicador 3 - No exercício de 2018, os Impostos Diretos foram ligeiramente mais representativos no cômputo da receita total do que em 2017, representando cerca de 6,28%. Em 2017 esta receita representou cerca de 5,54% do total da receita. Ainda assim, os impostos Diretos continuam a assumir pouca relevância na estrutura das receitas.

Indicador 4 - Em 2018 os Fundos Municipais oriundos do Orçamento de Estado, representam 59,71% do total da receita arrecadada.

Indicador 5 - Relativamente às três gerências em análise, verifica-se que os Passivos Financeiros, não têm qualquer peso no valor total da receita.

Indicador 6 - No ano de 2018, verifica-se que o peso dos Fundos Comunitários diminuiu significadamente passou de 4,24% em 2017 para 1,24% em 2018, no cômputo geral da receita, os Fundos Comunitários tiveram pouca relevância.

Indicador 7 - No total da receita a "Venda de Bens e Serviços Correntes", pelo terceiro ano consecutivo, tem vindo a diminuir, o registo de 2016 foi 9,82%, 2017 foi 8,84% e 2018 registou 8,17%.

Indicador 8 - A Venda de Bens de Investimento, teve pouco significado no total da receita recebida, no entanto constatamos que no ano de 2017 sofreu um ligeiro aumento, registou um valor de 1,63%, contra 0,53% e 0,56% em 2016 e 2018.

Os quadros identificados em baixo evidenciam os rácios de estrutura da Despesa

Quadro n.º 20 – Rácios de Estrutura da Despesa

pesifone
[Handwritten signature]

Rácios de Estrutura da Despesa									
Indicadores de Gestão		2016		2017		2018			
1	Receita Total	5 454 847,75	103,29%	Receita Total	5 839 869,44	100,15%	Receita Total	5 883 650,06	106,12%
	Despesa Total	5 281 068,29		Despesa Total	5 831 357,64		Despesa Total	5 544 420,66	
2	Despesa Corrente	4 749 264,99	89,93%	Despesa Corrente	4 678 086,02	80,22%	Despesa Corrente	4 559 912,74	82,24%
	Despesa Total	5 281 068,29		Despesa Total	5 831 357,64		Despesa Total	5 544 420,66	
3	Desp. com Pessoal	2 760 319,55	52,27%	Desp. com Pessoal	2 693 574,98	46,19%	Desp. com Pessoal	2 713 047,96	48,93%
	Desp. Total	5 281 068,29		Desp. Total	5 831 357,64		Desp. Total	5 544 420,66	
4	Investimento	96 307,00	1,82%	Investimento	579 860,38	9,94%	Investimento	329 146,86	5,94%
	Despesa Total	5 281 068,29		Despesa Total	5 831 357,64		Despesa Total	5 544 420,66	
5	Fundos Municipais	3 475 114,00	65,80%	Fundos Municipais	3 575 109,00	61,31%	Fundos Municipais	3 628 736,00	65,45%
	Despesa Total	5 281 068,29		Despesa Total	5 831 357,64		Despesa Total	5 544 420,66	
6	Passivos Financ.	383 297,56	7,03%	Passivos Financ.	523 852,10	8,97%	Passivos Financ.	610 308,01	10,37%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	
7	Passivos Financ.	383 297,56	7,26%	Passivos Financ.	523 852,10	8,98%	Passivos Financ.	610 308,01	11,01%
	Despesa Total	5 281 068,29		Despesa Total	5 831 357,64		Despesa Total	5 544 420,66	
8	Receita Corrente	5 074 146,44	96,08%	Receita Corrente	4 961 112,08	85,08%	Receita Corrente	5 136 051,81	92,63%
	Despesa Total	5 281 068,29		Despesa Total	5 831 357,64		Despesa Total	5 544 420,66	
9	Compr. Assumidos	7 098 530,81	134,41%	Compr. Assumidos	7 465 774,64	128,03%	Compr. Assumidos	6 043 687,53	109,00%
	Despesa Total	5 281 068,29		Despesa Total	5 831 357,64		Despesa Total	5 544 420,66	
10	Compr. Assumidos	7 098 530,81	130,13%	Compr. Assumidos	7 465 774,64	127,84%	Compr. Assumidos	6 043 687,53	102,72%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	

Hesefra


Indicador 1 – Em 2018, o saldo da gerência foi positivo, a receita total arrecadada em 2018 superou a despesa realizada.

Indicador 2 – No ano de 2018 a despesa corrente representa 82,24% da despesa total.

Indicador 3 – As despesas com o Pessoal, representam 48,93% da despesa total no ano de 2018, contra 46,19 e 52,27% dos anos de 2017 e 2016, respectivamente.

Indicador 4 – Relativamente ao rácio do Investimento em relação à despesa total, o Investimento realizado corresponde no ano de 2018 a 5,94% do total da despesa, comparando com o rácio de 2017, decresceu ligeiramente.

Indicador 5 – Os Fundos Municipais (FEF e FSM), atribuídos conforme Mapa XIX – Transferências para os Municípios, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março – Lei do Orçamento de Estado para 2018, representam 65,45% da despesa total realizada no ano de 2018.

Indicador 6 – Em 2018 os Passivos Financeiros, despesa referente aos encargos com empréstimos pagos durante a gerência, representou cerca de 10,37% da receita total, contra 8,97% e 7,03% dos anos de 2017 e 2016.

Indicador 7 – Em 2018 os Passivos Financeiros, ou seja as amortizações de capital relativas aos empréstimos contratados, representam cerca de 11,01% da despesa total, contra 8,98% em 2017 e 7,26% em 2016.

Indicador 8 – À semelhança dos anos de 2017 e 2016, a receita corrente em 2018 mantém uma expressão significativa relativamente à despesa total absorvendo cerca de 92,63%.

Indicador 9 – Os compromissos assumidos, para o exercício de 2018, relativamente à despesa total realizada em 2018, têm um peso de 109,00% em 2018, contra 128,03% em 2017 e 134,41% em 2016.

Indicador 10 – No que respeita à receita total na gerência de 2018, os compromissos assumidos têm um peso de 102,72%, contra 127,84% e 130,13% dos anos de 2017 e 2016.

425/2018

Quadro n.º 21 – Rácios Indicadores de Endividamento

Rácios de Indicadores de Endividamento									
Indicadores de Gestão		2016		2017			2018		
1	Amortização Emp. +Juros Emp.	516 320,18	14,86%	Amortização Emp. +Juros Emp.	617 490,88	17,27%	Amortização Emp. +Juros Emp.	678 401,27	18,70%
	FEF+FSM+PFIRS	3 475 114,00		FEF+FSM+PFIRS	3 575 109,00		FEF+FSM+PFIRS	3 628 736,00	
2	Amortização Emp. +Juros Emp.	516 320,18	9,47%	Amortização Emp. +Juros Emp.	617 490,88	10,57%	Amortização Emp. +Juros Emp.	678 401,27	11,53%
	Receita Total	5 454 847,75		Receita Total	5 839 869,44		Receita Total	5 883 650,06	
3	Amortização Emp. +Juros Emp.	516 320,18	9,78%	Amortização Emp. +Juros Emp.	617 490,88	10,59%	Amortização Emp. +Juros Emp.	678 401,27	12,24%
	Desp. Total	5 281 068,29		Desp. Total	5 831 357,64		Desp. Total	5 544 420,66	

Indicador 1 – O Serviço da Dívida Pública, (Amortizações e Juros dos Empréstimos contratados), em 2018 representa 18,70% da receita proveniente dos Fundos Municipais e Participação Fixa no IRS.

Indicador 2 – Relativamente à receita total, no ano de 2018 o Serviço da Dívida absorve cerca de 11,53% da mesma.

Indicador 3 – O Serviço da Dívida Pública, (Amortizações e Juros dos Empréstimos contratados), em 2018 representa 12,24% da despesa total, contra 10,59% em 2017 e 9,78% em 2016.

III – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O documento das Grandes Opções do Plano (GOP), encontra-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações. Engloba o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que espelha as intenções de investimento físico e as Atividades Mais Relevantes (AMR), onde estão retratadas as transferências para despesas correntes e despesas de capital, bem como outras atividades achadas relevantes. Da análise ao mapa da Execução Anual das GOP – Grandes Opções do Plano, documento que retrata as execuções de todos os projetos e respetivas ações, planeados para as *Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções* no ano de 2018, interessa verificar, em sede de execução, o peso



de cada uma das funções no montante global executado no ano. O respetivo documento, previa para o ano financeiro de 2018, uma dotação total definida no montante de € 3.715.940,00, tendo sido executada 38,81%, ou seja € 1.442.327,78, comparativamente ao ano financeiro de 2017, registou-se um decréscimo na execução de 3,58%% (-€ 53.480,00).

No ano de 2018, a execução das AMR – Atividades Mais Relevantes, em termos globais atingiu 59,55% da despesa inicialmente prevista, sendo que as *Funções Gerais*, apresentaram uma execução de 87,50%, as *Funções Sociais* 64,50%, as *Funções Económicas* 71,12% e as *Outras Funções* 57,63%.

Os quadros que se seguem, ilustram o grau de execução das atividades previstas em AMR e PPI para 2016, cuja leitura permite obter uma noção clara, relativamente ao grau de execução dos projetos previstos pelo executivo para 2018.

Quadro n.º 22 - Atividades Mais Relevantes - Execução Anual

FUNÇÃO	2018			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução 2018
Funções Gerais				
Objetivos:				
Proteção Civil e luta contra incêndios	40 000,00	35 000,00	5 000,00	87,50%
Sub Total	40 000,00	35 000,00	5 000,00	87,50%
Funções Sociais				
Objetivos:				
Serviços Auxiliares de Ensino	35 160,00	13 882,38	21 277,62	39,48%
Ação Social	38 344,00		38 344,00	0,00%
Cultura	163 850,00	143 139,41	20 710,59	87,36%
Desporto, Recreio e Lazer	7 080,00	630,00	6 450,00	8,90%
Sub Total	244 434,00	157 651,79	86 782,21	64,50%
Funções Económicas				
Objetivos:				
Transportes Rodoviários				
Mercados e Feiras	37 450,00	31 967,99	5 482,01	85,36%
Outras Funções Económicas	7 500,00		7 500,00	
Sub Total	44 950,00	31 967,99	12 982,01	71,12%
Outras Funções				
Objetivos:				
Operações da Dívida Autárquica	1 000 887,00	678 462,32	322 424,68	67,79%
Transferências entre Administrações	424 131,00	132 678,92	291 452,08	31,28%
Diversas não Especificadas	55 288,00	41 924,99	13 363,01	75,83%
Sub Total	1 480 306,00	853 066,23	627 239,77	57,63%
TOTAL GERAL	1 809 690,00	1 077 686,01	732 003,99	59,55%

No que concerne ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos, a gerência de 2018, obteve uma execução de 19,13%, relativamente ao montante previsto. As *Funções Gerais*, apresentam uma execução de 16,77%, as *Funções Sociais* 21,23% e as *Funções Económicas* 10,86%. De uma forma geral, a não execução de alguns projetos previstos, ficou a dever-se à falta de financiamento para a execução dos mesmos e/ou à sua não integração nos projetos considerados mais prioritários pelo executivo municipal, tendo em conta o contexto de contenção e respetivo programa de redução de custos, que naturalmente, obriga à fixação de vários níveis de prioridade, de modo a garantir a execução dos projetos e atividades mais relevantes, sem agravar a situação financeira da Autarquia.

cpesjore


Quadro n.º 23 - Plano Plurianual de Investimentos - Execução Anual

FUNÇÃO	2018			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução 2018
Funções Gerais				
Objetivos:				
Administração Geral	225 350,00	40 606,51	184 743,49	18,02%
Proteção Civil e luta contra incêndios	23 000,00	1 043,32	21 956,68	
Sub Total	248 350,00	41 649,83	206 700,17	16,77%
Funções Sociais				
Objetivos:				
Ensino Pré escolar	10 500,00	270,50	10 229,50	2,58%
Ensino Básico	228 950,00	12 732,13	216 217,87	5,56%
Ação Social	10 000,00	476,07	9 523,93	4,76%
Habituação	10 300,00		10 300,00	0,00%
Ordenamento do Território	2 300,00	857,12	1 442,88	37,27%
Saneamento	16 000,00	877,61	15 122,39	5,49%
Abastecimento de água	44 600,00	6 778,01	37 821,99	15,20%
Resíduos sólidos	29 400,00	15 445,52	13 954,48	52,54%
Proteção do Amb. e conserv. Natureza	702 225,00	231 304,62	470 920,38	32,94%
Cultura	266 155,69	9 957,59	256 198,10	3,74%
Desporto, Recreio e Lazer	65 200,00	15 435,64	49 764,36	23,67%
Sub Total	1 385 630,69	294 134,81	1 091 495,88	21,23%
Funções Económicas				
Objetivos:				
Agric., Pecuária, Silvi., Caça e Pesca	10 000,00		10 000,00	0,00%
Indústria e Energia	70 000,00			
Transportes e Rodoviários	103 269,31	23 584,32	79 684,99	22,84%
Comércio e Turismo	80 500,00	5 272,81	75 227,19	6,55%
Outras Funções Económicas	2 000,00		2 000,00	0,00%
Sub Total	265 769,31	28 857,13	236 912,18	10,86%
Outras Funções			0,00	
Objetivos:			0,00	
Transferências entre Administrações			0,00	
Diversas não Especificadas	6 500,00			
Sub Total	6 500,00		6 500,00	
TOTAL GERAL	1 906 250,00	364 641,77	1 541 608,23	19,13%

Handwritten signature and scribbles

Os gráficos que se seguem demonstram:

Gráfico n.º 19: Valor executado por cada Função constante nas GOP – Grandes Opções do Plano, relativamente ao ano financeiro de 2018.

Gráfico n.º 20: Evolução dos valores previstos e executados nas GOP – Grandes Opções do Plano, ao longo dos últimos três anos.

Gráfico n.º 19 - Grandes Opções do Plano por Funções

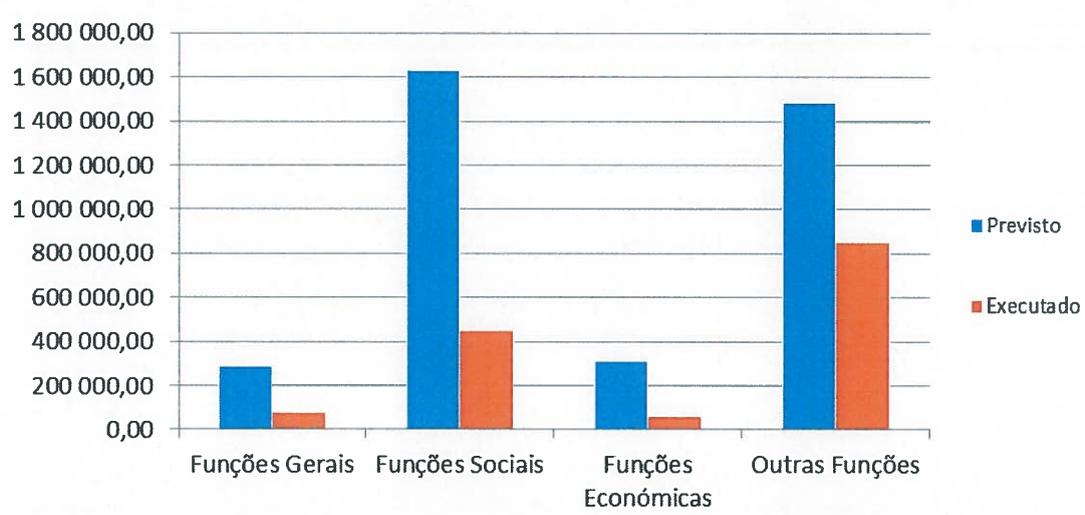
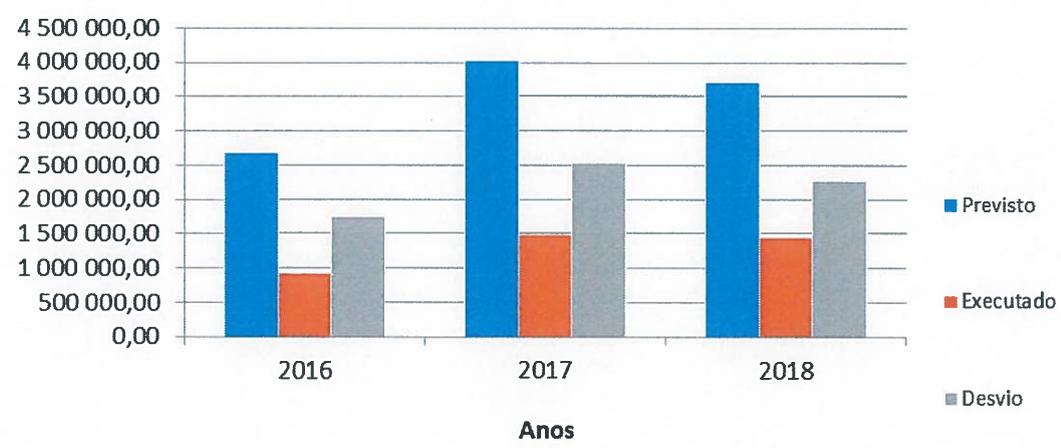


Gráfico n.º 20 Execução das Grandes Opções do Plano



Handwritten signature: *Henri*

IV – ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quadro n.º24 - Balanço			
	2016	2017	2018
ATIVO			
Imobilizado:			
Bens do domínio público	12.490.631,19	11.291.635,91	9 980 491,04
Imobilizações incorpóreas	15.780,12	15.780,12	15 780,12
Imobilizações corpóreas	7.834.705,77	7.799.717,58	7 794 923,72
Investimentos financeiros	327.166,00	327.166,00	233 446,01
Circulante:			
Existências	43.389,54	66.908,49	47 338,50
Dívidas de terceiros:			
Contribuintes	55,50	54,68	68,38
Utentes, c/c	84.071,47	73.276,09	68 121,79
Clientes, cont. e utentes cobrança duvidosa	105.623,26	6.133,47	7 598,07
Estado e outros entes públicos	16.682,61	1.719,32	0,00
Outros devedores	15,11	26,04	126,04
Depósitos Instituições Financeiras e Caixa:			
Depósitos em instituições financeiras e caixa	286.838,62	69.329,22	401 484,05
Acréscimos e Diferimentos:			
Acréscimos de proveitos	79.306,72	65.424,41	381 489,02
Custos Diferidos	11.014,57	11.468,08	12 2020,70
TOTAL DO ATIVO	21 295 280,48	19 728 639,41	18 943 069,44
Fundos Próprios:			
Património	29.286.357,66	29.286.357,66	29.286.357,66
Subsídio	0,00	63.097,41	115.424,64
Doações	0,00	11.600,00	11.600,00
Reservas	666.883,47	605.626,89	605.626,89
Resultados transitados	-19.793.296,25	-20.069.267,93	-20 475 921,91
Resultado líquido do exercício	-284.666,46	-600.698,00	-97 354,49
PASSIVO			
Dividas a terceiros de médio e longo prazo:			
Empréstimos de m/l prazo	6.806.023,08	5.467.224,32	5.193.682,97
FAM – m/l prazo	0,00	112.463,99	9 372,00
Dividas a terceiros de curto prazo:			
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de vendas	24.180,91	58.100,61	91.250,61
Fornecedores de c/c	1.427.841,47	1.137.707,20	1.146.972,86
Fornecedores - Faturas em receção e conf.	5.263,25	5.880,86	5.123,08
Fornecedores de imobilizado	10.644,15	1.538,81	37.286,85
Estado e outros entes públicos	166.745,91	98.582,17	86.158,16
Administração Autárquica	86.129,60	23.140,45	20 565,57
Outros credores	211.420,03	15.337,93	14 451,39
Garantias e Cauções	5.639,97	5.639,97	5 639,97
Empréstimo MLP com CP	0,00	814.946,66	478 180,00
FAM comp CP	0,00	37.488,00	9 372,00
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	414 244,72	398 251,74	355 990,18
Proveitos Diferidos	2 676 113,69	2 653 873,31	2 043 291,01
TOTAL DO PASSIVO	11 420 002,06	10 431 924,28	9 497 336,65
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	21 295 280,48	19 728 639,41	18 943 069,44

Alcides
~~10~~

IV – 1 - ATIVO

O Balanço é um instrumento contabilístico que reflete a situação económico-financeira do Município, apresentando dados sobre o património à data do encerramento do exercício, dando a conhecer o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos (estrutura económica), e o Passivo e os Fundos Próprios (estrutura financeira), ou seja, a origem dos fundos.

Em 31 de Dezembro de 2018 o Município de Mourão apresenta um ativo de € 18 943 069,44. Das componentes do Ativo, o imobilizado (direitos que têm por objeto, essencialmente, os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Município) continua a ser, naturalmente, o que tem o peso mais elevado 95,15%, correspondendo quase à totalidade do Ativo;

Em termos globais, o Ativo registou uma diminuição de 3,98% (€ 785 569,97) face a 2017, resultado fundamentalmente das amortizações do exercício.

Quanto à estrutura do Ativo, o Ativo Fixo tem o maior peso, 95,15% (€ 18 024 640,89), seguindo-se o Ativo Circulante 2,77% (€ 524.736,83), e os Acréscimos e Diferimentos 2,08% (€ 393 691,72).

De realçar também o aumento registado nos acréscimos e diferimentos do ativo, o qual resultou principalmente das receitas inscritas na conta de acréscimos de proveitos, em resultado da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Destaca-se o registo do valor global do proveito previsto relativamente ao IMI do ano n, não obstante a respetiva receita vir a ser arrecadada faseadamente em períodos posteriores (ponto 3.2 das considerações técnicas do POCAL)

4/2/2019

Estrutura do Ativo

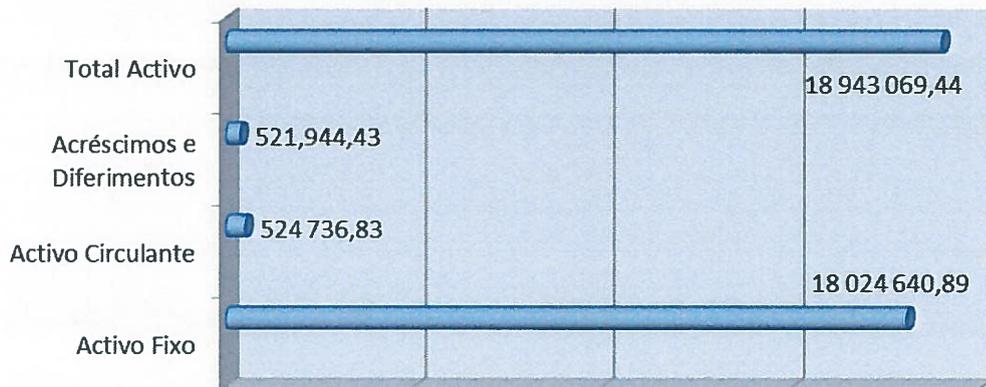


Gráfico n.º21

IV - 1-1 - Activo Fixo

Ao analisarmos o gráfico seguinte, verificamos que o ativo fixo no ano de 2018, comparativamente com o ano anteriores decresceu 7,25% (€1 409 658,72) face a 2017 e 12,79% (€ 2 643,19) face a 2016.

Evolução do Activo Fixo

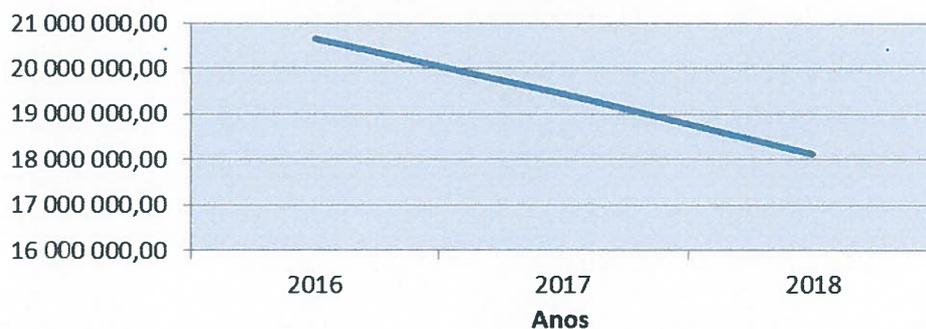


Gráfico n.º22

Quanto à estrutura do Activo Fixo, a rubrica com maior peso são os "Bens de Domínio Público" que representam 55,37% (€9.980.491,04), seguindo-se as "Imobilizações Corpóreas" com 43,25% (€ 7.794.923,72), os "Investimentos Financeiros" com 1,30% (€ 233 446,01) e as "Imobilizações Incorpóreas" que detêm 0,09% (€ 15.780,12).

Hesifone
[Signature]

Estrutura do Ativo Fixo

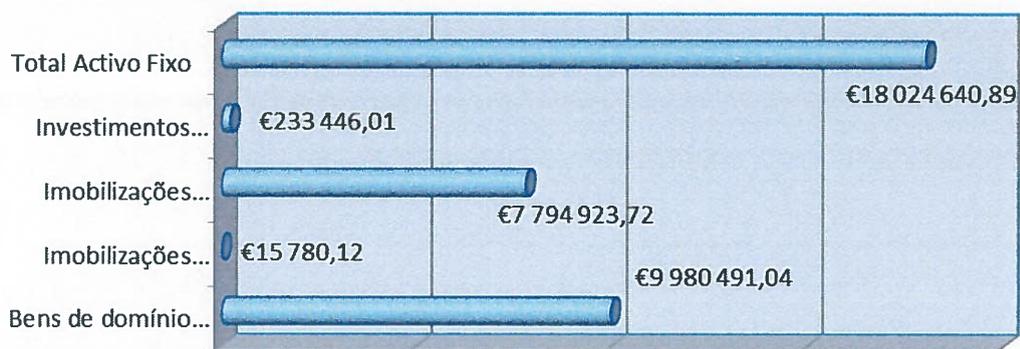


Gráfico n.º 23

IV - 1-2 - Ativo Circulante

O montante do Ativo Circulante é de €524.736,83 registou um acréscimo acentuado no exercício de 2018 no valor de €307.289,52 face ao ano de 2017.

Este acréscimo deve-se ao aumento da rubrica depósitos em instituições financeiras e caixa, decorrente da celebração da escritura da Herdade das Amarelas, Herdade da Amarela, Herdade do Castelo e Herdade dos Guizos, onde Município recebeu o diferencial entre o depósito da ação de preferência e o que foi acordado para a venda, ou seja, 350 000,00€.

Quanto à estrutura do Ativo Circulante, com maior peso destaca-se a rubrica de disponibilidades que representa 76,51% (€ 401.484,05) segue-se a rubrica de Dividas de Terceiros de Curto Prazo, com 14,47% (€ 75.914,28) e a rubrica de existência com um peso de 9,02% (€ 47.338,50).

Hesdane
~~Handwritten signature~~

Estrutura do Ativo Circulante

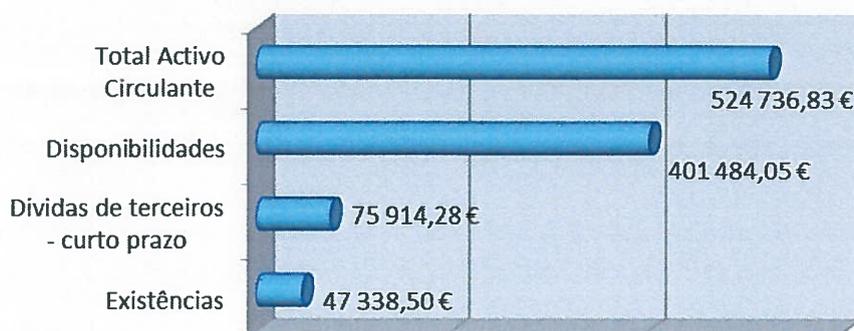


Gráfico n.º 24

IV – 2 - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

A 31 de Dezembro de 2018 o Município de Mourão apresenta o montante de € 9 445 732,79 de Fundos próprios e € 9 497 336,65 de Passivo.

IV - 2-1 - Fundos Próprios

No final do ano económico de 2018, os Fundos próprios totalizaram a importância de €9 445 732,79 o que corresponde a um ligeiro acréscimo de 1,60% (€149 017,66) face ao ano anterior.

A rubrica resultados transitados, apresenta um valor negativo, com um aumento de 2,03% face ao ano anterior, devido essencialmente à incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2017.

De salientar que se registou uma melhoria ao nível do Resultado Líquido do Exercício, o Resultado Líquido do Exercício de 2018 é negativo €97.354,49.

IV-2-2 - Passivo

Do lado do Passivo, o valor apurado foi de € 9 497 336,65 registando um decréscimo de 8,96% face ao montante registado no ano anterior.

Nesta componente do Balanço, destaca-se a redução da dívida a terceiros de médio longo prazo, 5% face ao ano anterior, decorrente das amortizações dos empréstimos de médio longo prazo.

Resposta
[assinatura]

Evolução do Passivo

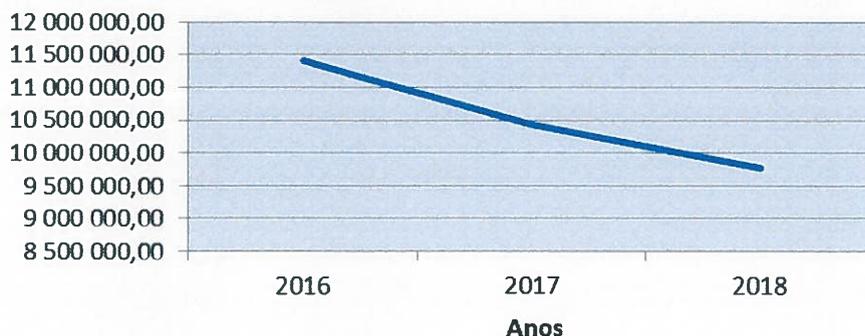


Gráfico n.º25

Quanto à estrutura do Passivo, as rubricas com um peso mais expressivo são os Empréstimos de M/L Prazo representam 54,69% (€5.193.682,97), que contempla sete empréstimos de médio longo prazo. Seguindo-se os Acréscimos e Diferimentos, 25,26% (€2 399 281,19), os Fornecedores c/c, 12,08% (€1.146.972,86), e os empréstimos MLP compromissos CP, que são os compromissos do exercício do corrente referentes aos empréstimos de M/L prazo. As restantes rubricas registam valores muito pouco expressivos, como demonstra o seguinte gráfico.

Importa ainda referir que, encontra-se refletido na estrutura do Passivo o montante a pagar ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, a médio longo prazo no valor de €9 372,00 e o compromisso de curto prazo no valor de €9 372,00.

Estrutura do Passivo

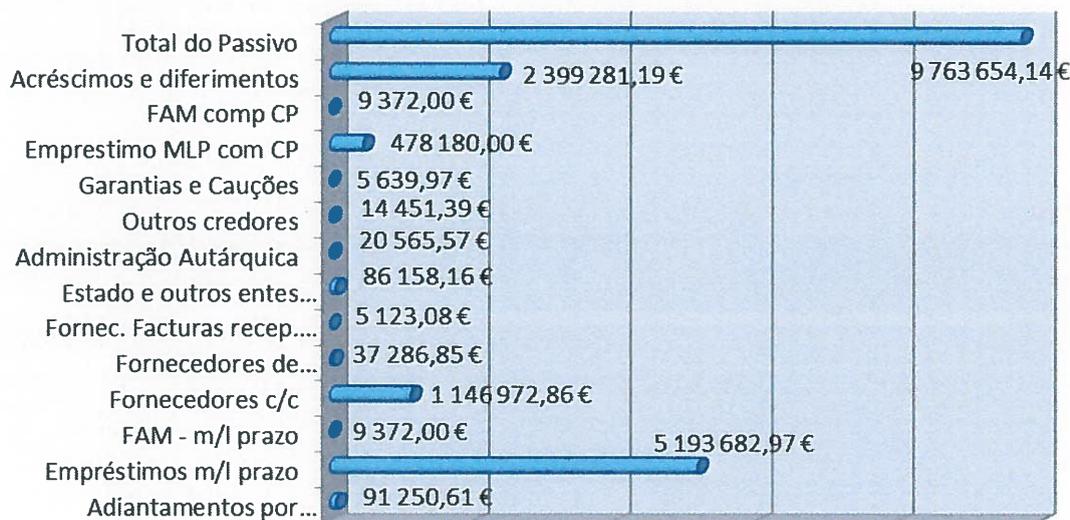


Gráfico n.º26

afesefano
~~1/15~~

Evolução da Estrutura do Passivo

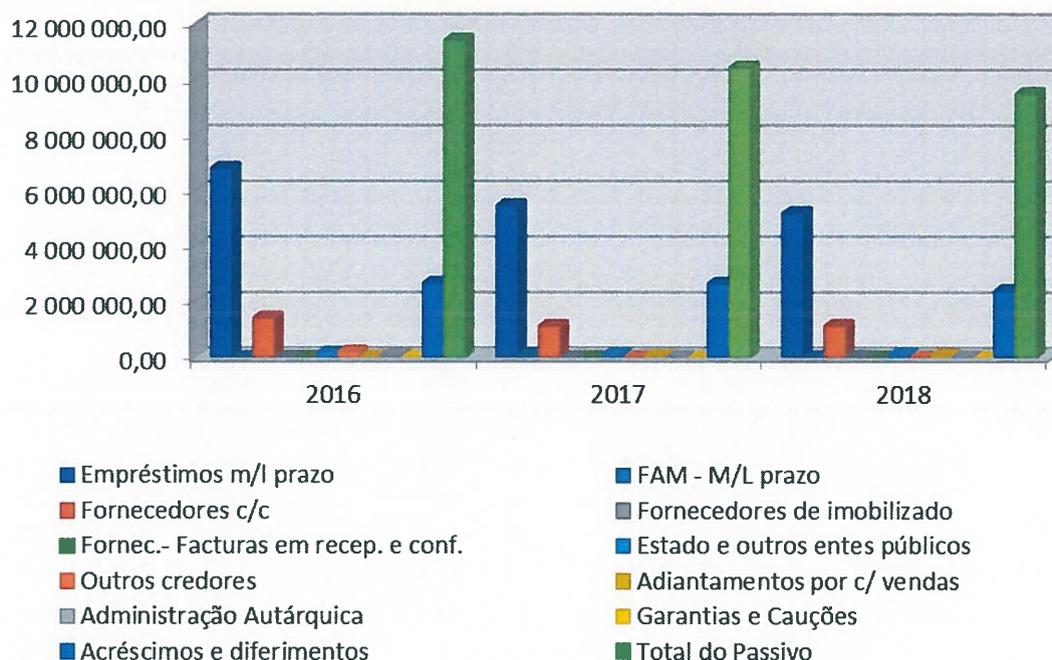


Gráfico n.º27

Analisando o gráfico n.º27 podemos verificar a evolução do decréscimo do Passivo por rubricas ao longo dos últimos três anos.

IV-2-2-1 23.1.2 – Empréstimos Obtidos de médio e longo prazo

No final do ano tínhamos cinco empréstimos de médio e longo prazo, no valor total de capital em dívida de €5.671.862,97, menos €610.308,01 que no ano anterior.

Chama-se desde já a atenção que o valor dos empréstimos encontra-se registado em duas contas diferentes (ou subcontas) no balanço. Isso deve-se a uma instrução da DGAL e da IGF que salientam “a importância dos balanços das entidades refletirem no passivo de curto prazo os montantes exigíveis no curto prazo, ou seja, até um ano.

Assim, os empréstimos de m/l prazo estão desagregados, o compromisso dos anos seguintes estão refletidos na rubrica 23.1.2 empréstimos de médio longo prazo (€5.193.682,97) e o compromisso do ano corrente encontra-se na rubrica

operação


23.1.2.1.1.1 empréstimos m/l prazo comp. CP (€478.180,00),totalizando o montante de €5.671.862,97, como se pode observar no quadro seguinte:

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela A. Municipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Visto do T.C.		Finalidade do empréstimo (c)	Capital	Dívida em 31/12/2018	Obs.
				Registo	Data		Contratado		
Médio e Longo Prazos									
NOVO BANCO	30/04/1998	27/07/1998	20	19581	21/jul/1998	Recuperação dos danos causados pelas intempéries	432 865,62	0,00	Os juros são suportados pela Direção Geral do Tesouro e Finanças
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	15/10/2001	22/11/2001	20	3756	15/11/2001	Aplicação em investimentos	586 087,22	114.753,15	
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	15/10/2001	22/11/2001	20	3756	15/11/2001	Aplicação em investimentos	428 467,70	83.986,21	Isento
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	30/04/2004	09/06/2004	20	977	03/06/2004	Aplicação em investimentos	356 000,00	122.068,94	
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	06/12/2005	09/12/2005	20	3026	29/12/2005	Lot. Zona Industrial a Sul de Mourão e junto ao Cemitério	490 075,00	209.077,26	
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	29/set/2006	13/dez/2006	12	1783	14/12/2006	Saneamento Financeiro	495 776,00	0,00	
BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO	24/set/2009	08/out/2009	12	1997	25/11/2009	Saneamento Financeiro	5 500 000,00	4 259.554,04	
DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	04/10/2012	06/06/2013	20	917	24/10/2013	Pagamento de dividas vencidas à mais de 90 dias à data de 31/03/2012	1 174 764,62	882.423,37	
Total Geral							9.464.036,16	5 671.862,97	

Quadro n.º 25

Quanto aos empréstimos de curto prazo, o Município de Mourão não contraiu qualquer empréstimo de curto prazo.

Importa também referir que, a incapacidade de amortizar o empréstimo de saneamento financeiro, o BPI veio a desencadear junto da DGAL o processo de retenção de 10% do FEF. Neste quadro o município deu início a uma operação de substituição da dívida ao abrigo do artigo 81.º da Lei do Orçamento de Estado 2017, e cujo processo foi visado pelo Tribunal de Contas e o empréstimo de saneamento financeiro pago e regularizado já no exercício de 2019.

Refer

IV-2-2-2 22.1 – “Fornecedores c/ corrente”

No final do ano 2018, a dívida a fornecedores, conta 22 (fornecedores c/c) ascendeu ao montante de €1.146.972,86 que representa um aumento de € 9.265,66 relativamente ao ano anterior, devido ao avultado montante em dívida de € 914.809,37 às Águas de Vale do Tejo. Importa ainda referir que, à luz da LOE de 2018 foi celebrado um Acordo de Pagamento a 5 anos.

IV-2-2-3 26.1.1 – “Fornecedores de imobilizado c/c”

A rubrica “Fornecedores de Imobilizado” registou o montante de €37.286,85 sofreu um acréscimo face a 2017 justificado pela execução da empreitada de Recuperação do Cineteatro de Mourão que é financiada a 85% pelo Portugal 2020.

IV-2-2-4 24. – “Estado e Outros Entes Públicos”

A rubrica “Estado e outros entes públicos” regista um decréscimo de 12,60% (€12.424,01) face a 2017, justificado pelos pagamentos efetuados no corrente ano de 2018.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2017	2018
24.2 - Retenção de Impostos sobre Rendimentos	12 695,92	12 344,00
24.3 - Imposto sobre o valor acrescentado	-1.719,32	2.022,60
24.4 - Restantes Impostos	0,00	0,00
24.5 - Contribuições para a segurança social	85 886,25	71 791,56
ADSE	10,00	4 767,43
CGA	47 920,56	38 552,54
Segurança Social	37 909,13	28 426,38
SAD/GNR	33,67	32,32
Cofres de Previdência	12,89	12,89
TOTAL	96 862,85	86 158,16

Quadro n.º 26

IV-2-2-5 26.4 – “Administração Autárquica”

A rubrica “administração autárquica” ascende a €20.565,57, este montante é justificado pela dívida do Município à CIMAC, decorrente de vários projetos e algumas prestações de serviços, registando um decréscimo face ao exercício de 2017 de 11,13% (€2.574,88).

IV-2-2-6 26.2|26.3|26.8 – “Outros Credores”

No que se refere à rubrica “outros credores” decresceu 5,78% (€886,54) face ao ano de 2017.

após


IV-2-2-2-7 26.8.1.2.06.1 | 26.8.1.2.06.2 - FAM

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM). O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

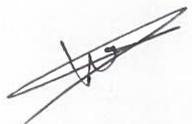
Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios, para um montante total de €417.857.175,00. Através desta alteração, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25 %, 50 %, 75 % e 100 %, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social ajustados em conformidade.

Como tal, a contabilização a efetuar por o Município de Mourão é conforme quadro seguinte:

Dívida vincenda a 31/12/2018	Dívida vincenda a 31/12/2019	Dívida vincenda a 31/12/2020	Dívida vincenda a 31/12/2021	SALDO
€28.116,00	€18.744,00	€9.372,00	€0,00	€56.232,00

Quadro n.º 27

IV – 3-Demonstração dos Resultados

posifone


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	2016	2017	2018
CUSTOS E PERDAS			
CMVMC	180.558,50	152.225,77	179.672,78
Fornecedores e serviços externos	1.024.137,12	1.045.653,63	1.225.194,52
Remunerações	2.077.610,75	2.076.026,36	2.168.281,74
Encargos sociais	550.312,74	537.479,37	519.744,92
Transferências	203.562,35	216.901,98	271.000,73
Amortizações	1.774.684,20	1.788.106,56	1.817.973,51
Provisões do exercício	0,00	105.726,93	18.690,07
Custos e perdas financeiros	206.499,77	145.781,29	105.706,65
Custos e Perdas Extraordinários	70.497,73	177.022,06	80.611,11
TOTAL DOS CUSTOS	6.087.863,16	6.244.923,95	6.289.521,54
RESULT. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-284.666,46	-600.698,90	-97.354,49
PROVEITOS E GANHOS			
Venda de produtos	86.678,73	125.161,06	142.735,43
Prestações de serviços	389.945,49	514.274,69	393.839,61
Impostos e taxas	546.431,07	352.187,49	434.686,86
Trabalhos para própria entidade	119.922,29	147.075,02	127.667,71
Transferências subsídios obtidos	4.085.002,07	4.186.355,19	4.313.118,01
Outros Proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00	26.284,83
Proveitos e ganhos financeiros	246.715,08	203.187,14	232.207,69
Proveitos extraordinários	328.501,97	241.145,52	618.981,40
TOTAL DOS PROVEITOS	5.803.196,70	5.644.225,05	6.289.521,54
Resultados operacionais	-582.886,01	-722.228,21	-762.225,82
Resultados financeiros	40.215,31	57.405,85	126.501,04
Resultados correntes	-542.670,70	-664.822,36	-635.724,78
RESULT. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-284.666,46	-600.698,90	-97.354,49

Quadro n.º28

A demonstração de resultados é um instrumento contabilístico onde é apresentado o resultado do exercício, ou seja, reflete os custos e os proveitos ocorridos ao longo de determinado período de tempo.

O Município de Mourão apresenta um Resultado Líquido do exercício negativo no montante de € 97 354,49, apresentando a seguinte tendência ao longo dos anos:

Hesdane
~~HA~~



Gráfico n.º 28

Podemos verificar que, o Resultado Líquido do Exercício registou um resultado negativo, mas significativamente inferior ao registado no ano transato.

Da conjugação dos proveitos gerados com os custos alcançados ao nível da atividade operacional do exercício da função financeira ou de acontecimentos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento, resultou um resultado negativo de € 97 354,49 no exercício de 2018.

IV – 3-1 – Custos

Os custos suportados no exercício de 2018 totalizaram € 6.289.521, o que representa um ligeiro acréscimo de 0,71% face aos custos do ano de 2017.

IV-3-1-1 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Em 2018, a rubrica CMVMC foi movimentada com regularidade ao longo do ano, sempre que se procede à saída de armazém dos bens, por utilização pela autarquia para trabalhos de administração direta. Comparando o ano 2018 com 2017, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, é o constante no mapa seguinte.

Descrição	2017	2018	Variação	
			€	%
61 – CMVMC	€152.225,77	€179.672,78	€ 27.447,01	18,03

Quadro n.º29

de sefane
~~10~~

Ao analisarmos o quadro, verificamos que em comparação com o período homólogo, o ano de 2018 apresenta um acréscimo de 18,03% (€27.447,01).

IV-3-1-2 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica "fornecimentos e serviços externos" assumem o terceiro lugar da rubrica mais representativa com um peso de 19,18% (€ 1.225.194,52).

No âmbito dos fornecimentos e serviços externos, o quadro seguinte resume, compara e descreve os custos por ordem descendente das respetivas contas.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2017	2018	VARIAÇÃO	
			€	%
Subcontratos - Transportes Escolares	50 114,30	44 997,95	-5 116,35	-10,21%
Eletricidade	171 193,75	210 756,13	39 562,38	23,11%
Combustíveis	71 848,52	90 913,05	19 064,53	26,53%
Água	154 588,51	142 155,99	-12 432,52	-8,04%
Ferramentas e utensílios de desgaste	523,27	0,00	-523,27	100,00%
Livros e documentação técnica	358,00	0,00	-358,00	-100,00%
Material Escritório	0,00	31,92	31,92	100,00%
Artigos para oferta	2 398,99	515,93	-1 883,06	-78,49%
Rendas e alugueres	25 450,15	46 890,84	21 440,69	84,25%
Despesas de Representação	2 216,25	1 376,20	-840,05	-37,90%
Comunicação	26 080,47	28 997,41	2 916,94	11,18%
Seguros	34 093,45	38 484,06	4 390,61	12,88%
Transportes	5 802,54	4 437,79	-1 364,75	-23,52%
Deslocações e Estadas	0,00	526,53	526,53	100,00%
Conservação e reparação	7 117,29	8 626,23	1 508,94	21,20%
Publicidade e propaganda	6 961,32	8 886,81	1 925,49	27,66%
Limpeza, higiene e conforto	183 748,32	199 178,62	15 430,30	8,40%
Vigilância e Segurança	0,00	40 511,99	40 511,99	100,00%
Trabalhos especializados	162 878,45	152 243,43	-10 635,02	-6,53%
Alimentação	1 149,70	2 149,27	999,57	86,94%
Formação	768,56	3 250,00	2 481,44	322,87%
Outro material - peças	20,30	69,75	49,45	100,00%
Encargos de cobrança	12 727,90	9 252,78	-3 475,12	-27,30%
Outros fornecimentos e serviços	104 097,08	190 941,84	86 844,76	83,43%
TOTAL	1 024 137,12	1 225 194,52	201 057,40	19,63%

Quadro n.º 30

Numa análise global podemos verificar que a rubrica FSE registou um acréscimo de 17,17% face ao exercício de 2017.

Alves


IV-3-1-3 Custos com o Pessoal

À semelhança do ano transato, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município foram as remunerações com um peso de 33,95% (€2 168 281,74).

Numa análise global, comparando com o ano transato, verifica-se um acréscimo dos custos com as remunerações de €92.255,38 decorrente da entrada de funcionários no âmbito do PREVPAP e um ligeiro decréscimo dos encargos sociais no valor de €17.734,45. Esta situação é justificada pela redução do pessoal ao serviço por via de aposentação, com consequentes reflexos na redução dos custos com os encargos sobre as remunerações.

CUSTOS COM O PESSOAL	2017	2018	Varição
64.1 - Remunerações dos órgãos autárquicas	89 388,84	89 330,84	-58,00
64.2 - Remunerações do pessoal	1 986 637,52	2 078 950,90	92 313,38
64.3 - Pensões	408,09	796,08	387,99
64.5 - Encargos sobre remunerações	421 205,27	410 509,17	-10 696,10
64.6 - Seguros de acidentes trabalho/doenças prof.	26 144,45	26 880,43	735,98
64.8 - Outros custos com pessoal - despesas de saúde	89 721,56	81 559,24	-8 162,32
TOTAL	2 613 505,73	2 688 026,66	74 520,93

Quadro n.º 31

IV-3-1-4 Transferências

A rubrica "transferências" cresceu 24,94% (€54 098,75) devido às transferências para as Juntas de Freguesias Mourão, Granja e Luz decorrentes dos acordos de execução de delegação de competências, para as associações de municípios, instituições e famílias cujos beneficiários estão inscritos no IEFP e integram os projetos.

IV-3-1-5 Amortizações

A rubrica "Amortizações" têm um peso de 28,46% (€1.817.973,51). De acordo com o estabelecido no ponto 2.7.2 - Amortização do POCAL, as amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes. A taxa de amortização de cada bem corresponde à fixada pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (CIBE -Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Os elementos patrimoniais estão sujeitos à amortização corresponde à quota anual no exercício em que entraram em funcionamento.

As retificações e ajustes efetuados nas amortizações do exercício e nas amortizações acumuladas foram efetuados por contrapartida das contas "69.6 - Aumento de amortizações e provisões" ou "79.6 - Redução de amortizações e provisões".

IV-3-1-6 Provisões do Exercício

No ano de 2018, procedeu-se à constituição de provisões do exercício no valor de €18.690,07. O montante da provisão para cobranças duvidosas foi calculado em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL.

IV-3-1-7 Custos e Perdas Financeiros

A rubrica "custos e perdas financeiras" registou um decréscimo de 27,49% (€40.074,64), decorrente da descida das taxas de juros.

IV-3-1-8 Custos e Perdas Extraordinários

Os "custos e perdas extraordinários" registaram um decréscimo significativo de 54,46% €96.410,95 pois em 2017 tinham registado acréscimo significativo na rubrica perdas em imobilizações, decorrente da alienação de quatro habitações do Bairro 1.º de Maio (Habitações sitas na Av. Nossa Senhora das Candeias n.º3, n.º9 e n.º11 e Habitação sita na R. Sérgio Vieira de Melo n.º14).

Helena

~~Helena~~

Custos e Perdas

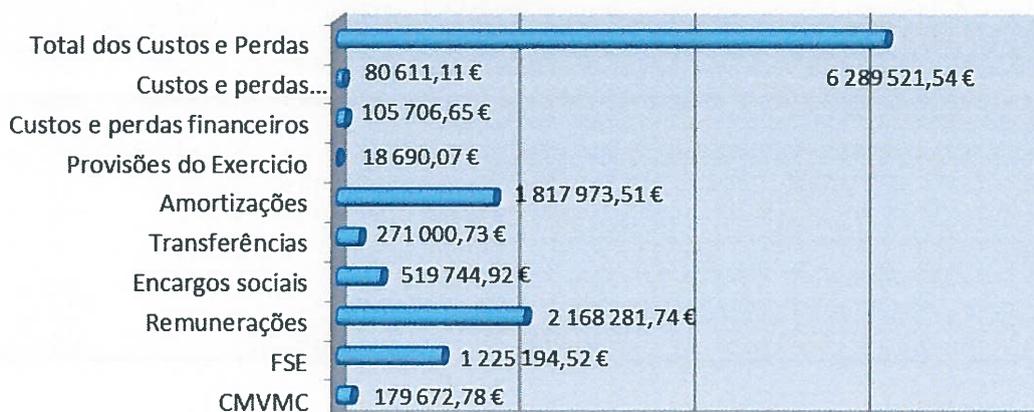


Gráfico n.º 29

IV – 3-2 – Proveitos

Os Proveitos obtidos durante o ano de 2018 totalizaram € 6 289 521,54 registaram um acréscimo de 11,43% (€645 296,49) comparativamente ao ano de 2017.

No que concerne à sua estrutura, as rubricas mais significativas são as "transferências" 68,58% (€ 4 313 118,01), os "proveitos extraordinários" 9,84% (€618 981,40) os "impostos e taxas" 6,91% (€434 686,86) e as prestações de serviços com um peso de 6,26% (€393 839,61), as restantes rubricas são muito pouco significativas.

Handwritten signature and scribble



Gráfico n.º30

IV-3-2-1 Venda de Produtos e Prestação de Serviços

As rubricas de "vendas de produtos" e "prestações de serviços" registam ambas um ligeiro crescimento face ao ano de 2017, o acréscimo deve-se ao consumo de água pelos munícipes.

VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2017	2018	VARIAÇÃO	
			€	%
Vendas - Água	124 907,88	142 346,54	17 438,66	13,96%
Venda de outros Bens	253,18	388,89	135,71	53,60%
Prestação de Serviços - Ligação saneamento	178 340,19	186 049,64	7 709,45	4,32%
Prestação de Serviços - Resíduos Sólidos	55 563,07	58 688,94	3 125,87	5,63%
Prestação de Serviços - Transportes coletivos	14 495,15	15 155,52	660,37	4,56%
Prestação de Serviços - Trabalhos por conta particulares	1 407,71	800,50	-607,21	-43,13%
Prestação de Serviços - Cemitérios	12 176,27	9 152,61	-3 023,66	-24,83%
Prestação de Serviços - Mercados e Feiras	871,36	873,60	2,24	0,26%
Prestação de Serviços - Instalações desportivas, culturais, recreativas	13 205,53	13 318,47	112,94	0,86%
Outras Prestações de serviços	100 428,79	99 909,02	-519,77	-0,52%
Rendas e Alugueres	12 625,56	9 891,31	-2 734,25	-21,66%
TOTAL	514 274,69	536 575,04	22 300,35	4,34%

Quadro n.º32

Resumo

[Assinatura]

IV-3-2-2 Impostos e Taxas

A rubrica "impostos e taxas" registaram um crescimento muito significativo devido à receita proveniente dos impostos, designadamente o IMI- Imposto municipal sobre Imóveis e o IMT - Imposto municipal s/ transações onerosas de imóveis.

IV-3-2-3 Trabalhos para a própria entidade

Nesta rubrica encontram-se os trabalhos realizados pelo Município, por administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado, que no ano de 2018, gerou proveitos, no montante de €127 667,71.

IV-3-2-4 Transferências

A rubrica "Transferências" regista um ligeiro acréscimo de 3,03% (€ 126 762,82), devido ao acréscimo das receitas correntes, conforme se pode observar no quadro infra.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	2017	2018	VARIAÇÃO	
			€	%
TRF Correntes - FEF	3 347 192,00	3 425 224,16	78 032,16	2,33%
TRF Correntes - Fundo Social Municipal	70 324,00	70 405,00	81,00	0,12%
TRF Correntes - Participação Fixa no IRS	51 106,00	55 000,00	3 894,00	7,62%
TRF Correntes - Outras	342 482,95	374 514,12	32 031,17	9,35%
TRF Capital - FEF	375 160,00	380 580,00	5 420,00	1,44%
FEDER	90,24	222,59	132,35	146,66%
Fundo Social Europeu	0,00	7 172,14	7 172,14	100,00%
TOTAL	4 186 355,19	4 313 118,01	126 762,82	3,03%

Quadro n.º33

V – RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

DESIGNAÇÃO	RÁCIO	2018 (%)
Coefficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	99%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Ativo Total	49%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo Curto Prazo	28%
Grau de Dependência do Médio e Longo Prazo	Dívida M/L Prazo / Ativo Total	27%
Endividamento Dívida	Dívidas a Terceiros / Fundos Próprios	75%

Quadro n.º 34



1. Coeficiente de Solvabilidade

Através do coeficiente de solvabilidade, avalia-se a capacidade da entidade em liquidar as responsabilidades assumidas, quer a curto quer a M/L prazo, evidenciando o grau de independência relativamente aos credores. Pela análise dos valores, verificamos que o Município tem capacidade para resolver todos os seus compromissos.

2. Autonomia Financeira

A autonomia financeira mede a dependência de financiamentos externos. O rácio tem-se mantido estável – próximo dos 49%, o que denota que a dependência de financiamentos externos é baixa, pois os Fundos Próprios financiam mais de metade do Ativo.

3. Liquidez Geral

O rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade do Município cerca de 28% de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo.

4. Grau de Dependência Médio e Longo Prazo

Este rácio analisa a dependência da entidade face às dívidas de médio e longo prazo, o qual nos indica que cerca de 27% do ativo é financiado com capitais alheios de M/L prazo.

5. Endividamento

O rácio de endividamento é um indicador económico que mede o grau e endividamento da entidade (75%). Resulta da relação entre as dívidas a terceiros (curto e médio e longo prazo) e os Fundos Próprios.

A Presidente da Câmara Municipal,

Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara

Dr.^a Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara

RELATÓRIO 2018

Mesfere
~~W~~

ACOMPANHAMENTO DO PAEL E DO SANEAMENTO FINANCEIRO

INTRODUÇÃO

O município de Mourão aderiu, em 2012, ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), na sua versão I, a vigorar no período de 2013 a 2032.

O PAEL foi implementado pela Lei 43/2012, que no seu artigo 12º define a obrigatoriedade de prestação de contas através de informação periódica da Câmara Municipal (CM) à Assembleia Municipal (AM), a quem cabe o acompanhamento e avaliação do grau de execução dos objetivos aprovados no PAEL.

Pela atual redação do REFALEI no nº 9 do artigo 58º a Câmara Municipal pode propor à Assembleia Municipal a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro, se após a aprovação dos documentos de prestação de contas, verificar que o município cumpre, a 31 de dezembro do ano a que estas dizem respeito, o limite da dívida total previsto no artigo 52º.

Atendendo que o montante da dívida do município constante no presente relatório monta a 7.044.645 €, dos quais relevam para efeitos de endividamento 7.025.901 € a que corresponde um índice de 141%, confirmando-se que com a aprovação da conta de gerência o município de Mourão está em condições de deliberar nos termos do n.º6 do artigo 6.º da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, a suspensão da aplicação do plano de ajustamento financeiro.

Por outro lado o município nos termos do artigo 101.º da Lei do Orçamento de Estado o município substituiu o empréstimo do saneamento financeiro, e obteve o visto do Tribunal de Contas, alargando o seu prazo para 14 anos.

Finalmente, o município aprovou um acordo de regularização da dívida com as Águas do Vale do Tejo e que, no atual quadro do REFALEI, conduziu já em 2019 a Câmara Municipal de Mourão, deliberar na reunião ordinária de 30 de janeiro de 2019, nos termos e para os efeitos do nº 3 do artigo 51º do REFALEI Lei n.º73/2013 de 3 de setembro, a obtenção de um empréstimo para substituição da dívida que detém em acordo de pagamentos com as Águas do Vale do Tejo.

Assim, o presente relatório, que tem por objetivo dar cumprimento ao estipulado no referido artigo 12º., deverá ser o último a que o município fica obrigado.

Nota: Conforme já referido no relatório do 1º semestre de 2018 os quadros elaborados na aprovação do PAEL foram elaboradas exclusivamente na ótica financeira, não respeitando o modelo de reporte instituído pelo PAEL, pelo que nem sempre é possível obter os dados previsionais para proceder à comparação com o realizado.

Handwritten signature and scribble

Quadro I

Município Mourão			
Quadro Resumo de Indicadores -Avaliação PAEL 31-12-2018			
Designação	Previsão	Existente 31-12-18	Desvio
Endividamento de MLP	3 632 594 €	5 671 863 €	2 039 269 €
Endividamento Líquido	2 580 965 €	4 464 883 €	1 883 918 €
Excesso de End. Líquido face ao limite	0 €	327 335 €	-
Redução excesso EL em valor	-	-	-
Redução excesso EL em perc.	-	-	-
Dívida a terceiros de CP	813 350 €	862 767 €	49 417 €
Despesas com pessoal	2 654 298 €	2 713 048 €	58 750 €
FSE	913 255 €	1 424 820 €	511 565 €
Transferências pagas	236 705 €	254 127 €	17 422 €
Investimento	212 000 €	329 147 €	117 147 €
Ativos e Passivos Fin. (Desp.)	883 202 €	647 796 €	- 235 406 €
Impostos e taxas	370 000 €	386 600 €	16 600 €
Venda de produtos	357 981 €	362 226 €	4 246 €
Prestação de serviços	416 989 €	364 671 €	- 52 317 €
Transferências recebidas	4 026 374 €	4 372 778 €	346 404 €
	Previsão	Existente	Em Perc.
Execsso de End. RFALEI 1-1-18	-	138 176 €	152,78%
Execsso de End. RFALEI 31-12-18	-	427 484 €	141,4%

Na lei de finanças locais existentes à data de aprovação do PAEL (Lei 2/2007) o nível de desequilíbrio financeiro era medido através do conceito de endividamento líquido, enquanto atualmente essa aferição é feita através do stock de dívida.

Procedendo à comparação entre os dois indicadores verificamos que para 2018 o limite de endividamento líquido estaria situado em 4.792.219 €, enquanto o município registava no final do ano de 2018 o valor de 4.464.883 €, ficando, assim, pela primeira vez abaixo do limite então definido.

Mas, se analisarmos o limite definido presentemente pelo REFALEI, estabelecido em 150% da média da receita corrente dos 3 exercícios anteriores, constatamos que esse limite se situa em 7.453.385 €, registando o município no final do ano o valor de 7.025.901 €, a que corresponde um índice de 141%, saindo, assim, do quadro de excesso de endividamento. Índice que no início de 2019 se situará em 139%, face ao crescimento da receita de 2018 comparativamente com a de 2015.

Independentemente da análise que iremos realizar na comparação dos resultados obtidos com os valores previsionais constantes quer no PAEL, quer Saneamento Financeiro, podemos, desde já retirar algumas conclusões:

1. Embora o município se mantenha numa situação difícil, certo é que tem prosseguido uma trajetória consistente de progressiva redução da sua dívida, cujo montante se situa agora abaixo do limite definido pela atual lei.
2. Em todo o ano de 2018 o município garantiu uma redução substancial da sua dívida em 565 mil euros, passando a situar-se dentro dos limites legais de endividamento
3. Esta situação foi conseguida apesar do município não ter dado cumprimento a todas as obrigações a que se encontravam vinculado.
4. A par do processo de redução do endividamento para os limiares legais o município conseguiu igualmente, ao longo de 2018, aprovar a reprogramação para um período de 14 anos do empréstimo junto do BPI relativo ao saneamento financeiro e cuja amortização tem vindo a ser garantida por retenção no FEF.
5. Finalmente o município conseguiu um novo processo de acordo de regularização da dívida com as Águas do Vale do Tejo, estando em preparação a sua cedência ao sistema bancário por um período de 12 a 15 anos.
6. Não obstante o quadro de dificuldades e de restrições a que o município se encontra sujeito no presente relatório pretendemos identificar os desvios entre os poucos objetivos que se encontram reconhecidos no PAEL e os resultados obtidos.

EVOLUÇÃO DA RECEITA, DA DESPESA E DO ENDIVIDAMENTO GLOBAL EM 2018

Para o exercício de 2018 a previsão de receita foi estimada em 5.437.600 €, enquanto a realização foi de 2 750 904€, e no 2º semestre foi de 5.883.650€ €, a que corresponde a uma taxa de execução de 108%.

A previsão da despesa foi estimada em 5.347.773 €, alcançando-se uma execução de 5.544.421 € a que corresponde uma taxa de execução de 104%, o que proporciona um saldo orçamental de 347.741 €.

	Previsão	Realizado
Receita	5 437 599,93 €	5 883 650,06 €
Despesa	5 347 773,01 €	5 544 420,66 €
Dívida de curto prazo (sem comp EMLP)	184 473,00 €	508 947,96 €
Soma da Despesa + Dívida CP	5 532 246,01 €	6 053 368,62 €

Para melhor medirmos o grau de execução do plano face à sua previsão preferimos analisar a evolução da receita comparativamente com a despesa acrescida da dívida de curto prazo (sem inclusão da componente de curto prazo dos empréstimos de m.l.p que só vencem em 2019) de modo a podermos avaliar o equilíbrio substancial verificado no Município.

Verificamos que enquanto no plano se previa que a receita anual permitia cobrir 98,3% da despesa acrescida da dívida de curto prazo, a execução anual garantiu uma cobertura de 97,2%, o que representa um indicador muito próximo do excelente, contribuindo para este resultado não apenas o valor obtido da receita e da real contenção da despesa, como contribuiu igualmente o acordo com as águas que diferiu um valor significativo da dívida

Importa referir que do total da dívida de curto prazo, com exclusão dos empréstimos é agora de 509 mil euros.

Handwritten signature and initials

Análise da receita

IMI

Dado que a Assembleia Municipal tem vindo a reprovar a proposta, a que se encontrava vinculada por força da aprovação do PAEL, de aplicação de taxas máximas no IMI a receita deste imposto tem ficado abaixo do estimado. Assim, durante o exercício de 2018 a receita de IMI atingiu 211.421 € que corresponde a 86,8% do estimado.

Já no que se refere ao IMT a execução corresponde a 169% do valor previsto no PAEL.

Conforme já referido a elaboração do plano não incluiu previsões de receita na ótica orçamental. E o detalhe das previsões na ótica patrimonial não permite identificar a maior parte das rubricas de modo a podermos proceder à sua comparação com a execução.

Relativamente à venda de bens e serviços, temos apenas o objetivo para 2017 que se encontrava estimado em 787 mil euros, enquanto a execução no ano em análise, 2018, foi apenas de 481 mil euros (valor inferior ao de 2017 em 35 mil €).

As transferências recebidas com mantiveram um peso de 74,3% no total da receita efetiva,

Análise da despesa

Analisando os gastos com pessoal ocorridos verificamos que os mesmos se situaram 2,2% acima do previsto, representando um desvio 53 mil euros. Contudo, pela primeira vez as despesas com pessoal tiveram um peso inferior a 50% no total da despesa, apresentando o índice de 48.9

A aquisição de bens e serviços apresenta uma despesa que ultrapassa em 512 mil euros (mais 56%) o valor estimado no Plano. Se atendermos que o stock da dívida de curto prazo ainda é superior ao previsto tal desvio não significa necessariamente um derrapagem na despesa, mas sim um acréscimo de pagamentos de dívida, situação em que progressivamente o respetivo stock se vai aproximando do nível pretendido, recordando, mais uma vez que o montante de dívida foi reduzido em 565 mil €

A redução do endividamento, a reprogramação da dívida de curto prazo e do saneamento, a par com a aprovação de financiamentos comunitários a investimento, permitiu que este tenha atingido o valor de 330 mil euros de investimento contra previsão de 212 mil euros sem que tal tenha provocado desequilíbrio.

Com a reprogramação da dívida, no ano de 2019, o município terá encargos de amortização da dívida ligeiramente superior a meio milhão de euros (394 mil € empréstimos; 72 mil € acordo água; 39 mil € FAM), valor que embora elevado, permitirá maior folga de tesouraria para o desenvolvimento da atividade municipal.

Segue-se a apresentação dos quadros sobre o reporte de 2018

Mourão Abril 2019

H. C. F. J. S.

~~Handwritten signature~~

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)			
QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO			
Município:	Mourão	Data:	abril 04
Descrição	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2018 (acumulado)	Observação / Justificação
	2018		
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)		8 511,80	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos			
A3. Receita efetiva	0,00	5 883 650,06	
A3.1. Receita corrente		5 136 051,81	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)		747 598,25	
... da qual			
A3.2.1. Venda de bens de investimento		33 050,00	
A4. Despesa efetiva		4 896 624,65	
A4.1. Correntes		4 559 912,74	
... das quais			
A4.1.1. Juros		113 530,87	
a. Resultantes do PAEL		31 888,00	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo		36 205,26	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo		45 437,61	
A4.1.2. Despesas com pessoal		2 713 047,96	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)		336 711,91	
A5. Saldo global		987 025,41	
A5.1. Saldo corrente		576 139,07	
A5.2. Saldo de capital		747 598,25	
A6. Saldo primário		1 100 556,28	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações		-37 488,00	
A7.1. Receltas de ativos financeiros		0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros		37 488,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações		-610 308,01	
A8.1. Receltas de passivos financeiros		0,00	
A8.2. Despesas de passivos financeiros		610 308,01	
a. Resultantes do PAEL		58 828,00	
b. Resultantes de outro endividamento de MLP		551 480,01	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo		0,00	
A9. Receita total		5 883 650,06	
A10. Despesa total		5 544 420,66	
A11. Saldo para a gerência seguinte		347 741,20	
A12. Serviço da dívida		723 838,88	
A13. Endividamento total		7 702 654,60	
A13.1 Bancário		6 319 658,98	
A13.1.1 Médio e longo prazo		6 319 658,98	
a. Resultante do PAEL		882 423,59	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)		5 437 235,39	
A13.1.2 Curto prazo			
A13.2 Fomecedores		1 144 416,11	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira		238 579,51	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)			

4053/2019


PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)								
QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO								
Município:	Mourão			Data:		abril 19		
Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2017 Valores apurados (indique o montante total executado nas rubricas)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o 2018)		Valores executados 2018		Justificação da implementação da medida	Quantificação dos impactos da medida
			Valor ano	Peso/Impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto		
B.1 Aumento da receita								
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários		291 496			138 953			
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo		7 589			6 020			
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita								
3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis		167 481			43 940			
3.2 - Atualização das Rendas de Edifícios Municipais		5 381			-2 936			
3.3 - Fixação da taxa máxima de derrama		9 761			2 429			
Fixação da taxa máxima de participação no IRS		40 274			10 496			
Total Aumento de receita (B.1)		521 982			198 902			
B.2 Redução da despesa								
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais		160 085						
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa								
5.1 - Redução despesas de funcionamento através da apreção de necessidades								
5.2 - Redução de Subsídios e Transferências para terceiros		560 599			-298 907			
5.3 - Redução / Contenção / Racionalização das Despsas com Pessoal		3 158 648			-445 600			
5.4 - Redução / Contenção / Racionalização das Despsas com Aquisição de Serviços correntes e de capital		2 674 263			-920 296			
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		6 553 595	0		-1 664 803			
B.3 Outras medidas								
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer h)								
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto								
8. Outras medidas b)								
... discriminar cada medida numa linha								
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)								
Total Impacte esperado (B.1+B.2+B.3)								

Rafael


PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)				
QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA				
Município:	Valores candidatura		abril 19	
Descrição	Valores estimados PAF	Valores Executados 1º S 2018	Valores Executados 2019	Observação / Justificação
	2018			
Despesa corrente	3 803 885,00	2 263 033,63	4 559 912,74	
Despesas com o pessoal	2 653 925,00	1 356 214,05	2 713 047,96	
Remunerações certas e permanentes		1 004 893,73	2 018 651,69	
Abonos variáveis ou eventuais		44 074,27	97 549,73	
Segurança social		307 246,05	596 846,54	
Aquisição de bens e serviços	913 255,00	709 160,99	1 424 820,26	
Aquisição de bens		209 585,00	417 744,86	
Aquisição de serviços		499 575,99	1 007 075,42	
Juros e outros encargos		56 605,30	113 530,87	
Resultantes do PAEL		14 706,00	31 888,00	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo		20 561,80	36 205,26	
Resultantes de endividamento de curto prazo		21 337,50	45 437,61	
Transferências correntes	236 705,00	116 388,27	254 127,36	
Empresas públicas municipais e intermunicipais				
Freguesias		22 346,22	48 679,92	
Associações de municípios		38 014,73	80 773,95	
Instituições sem fins lucrativos		15 630,00	30 630,00	
Famílias		31 874,51	80 161,11	
Outras		8 522,81	13 862,38	
Subsídios			0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais				
Famílias				
Outros				
Outras despesas correntes		24 665,02	54 386,27	
Despesa de capital		466 371,57	984 507,92	
Aquisição de bens de capital		131 346,02	329 146,86	
Investimentos	212 000,00	131 346,02	329 146,86	
Terenos				
Habitacões				
Edifícios		90 433,06	112 287,06	
Construções diversas		774,46	33 457,21	
Outros		40 138,50	183 402,59	
Locação financeira				
Bens de domínio público				
Transferências de capital		7 565,05	7 565,05	
Empresas públicas municipais e intermunicipais				
Freguesias				
Associações de municípios		2 565,05	2 565,05	
Instituições sem fins lucrativos		5 000,00	5 000,00	
Famílias				
Outras				
Activos financeiros		18 744,00	37 488,00	
Passivos financeiros	883 202,00	308 716,50	610 308,01	
Resultantes do PAEL		29 414,00	58 828,00	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo		279 302,50	551 480,01	
Resultantes de endividamento de curto prazo				
Outras despesas de capital				
Total despesa		2 729 405,20	5 544 420,66	9,0%
Despesa corrente		2 263 033,63	4 559 912,74	
Despesa de capital		466 371,57	984 507,92	
Saldo (Receita - Despesa)		-7 069,95	339 229,40	

Handwritten signature/initials

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP (DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)

Município: Mourão Data abr/18

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO					
Descrição	Valores candidatura		Valores Executados		(...)
	2018		2018		
Dívida de Curto prazo	628 877		393 499		
Empréstimos de CP					
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	628 877		393 499		
Outra	184 473		469 268		
Fornecedores c/c	100 419		213 916		
Fornecedores de imobilizado c/c			42 927		
Estado e Outros Entes Públicos	57 834		86 145		
Clientes, contribuintes e utentes					
Administração autárquica			20 566		
Outros credores	26 220		105 715		
Subtotal Curto prazo	813 350		862 767		
Dívida de Médio e longo prazo	3 003 717		6 235 521		
Empréstimos	3 003 717		5 278 364		
No âmbito do PAEL	867 717		882 336		
Outros empréstimos de médio/longo prazo	2 136 000		4 396 028		
Outra	0		957 157		
Fornecedores c/c			938 413		
Fornecedores de imobilizado c/c					
Estado e Outros Entes Públicos			18 744		
Clientes, contribuintes e utentes					
Administração autárquica					
Outros credores					
Subtotal Médio e longo prazo	3 003 717		6 235 521		
Total da dívida	3 817 067		7 098 288		
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros			53 643		
Total da dívida de natureza orçamental			7 044 645		

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP							
Descrição	Valores candidatura		Valores Executados 1 8		(...)		
	2018		2018				
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP							
No âmbito do PAEL			58 828	31 888			
Outros empréstimos de médio/longo prazo			551 480	36 205			
Total			610 308	68 093	0	0	

Alfano
[Signature]

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)						
QUADRO V - CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO						
municípios que ultrapassaram o limite legal de endividamento						
Município:	Mourão					
	abr/19 2018 (previsto PAF)		Valores Apurados 2018		Desvio	
	D	C	D	C		
1 Disponibilidades	888 323		401 484		1 115 608	
21 Dívidas de Terceiros	284 025		1 876 788		287 312	
22 Fornecedores		100 419		1 152 328		109 889
23 Empréstimos Obtidos		3 832 594		5 671 883		2 039 289
24 Estado e Outros Entes Públicos		57 834		104 889		-82 943
26 Outros Devedores e Credores	0	0	0	169 207	0	30 575
261 Fornecedores de Imobilizado				42 927		41 388
264 Administração Autárquica				20 566		23 645
268 Devedores e Credores Diversos				105 715	0	-34 459
(26...) Outras						
27 Acréscimos e Diferimentos	30 526	3 188 758	393 682	2 389 281	424 218	3 290 104
271 Acréscimos de Proventos	30 526		381 489		412 015	
272 Custos diferidos			12 203		12 203	
273 Acréscimos de custos		92 742		355 990		448 732
274 Proventos diferidos		3 076 014		2 043 291		2 841 372
2745 Subsídio para investimentos		3 076 014		2 043 291		2 841 372
2749 Outras		0		0		
4 IMOBILIZAÇÕES						
41 Investimentos Financeiros	99 750		233 446		6 030	0
411 Partes de Capital	99 750		64 750		99 750	
412 Obrigações e títulos de participação			168 696		-93 720	
413 (...)						
415 Outras aplicações financeiras						
TOTAL	1 302 624	6 959 603	2 905 408	9 497 569	1 833 166	5 388 874
Total Considerado para Endiv. Líquido	1 302 624	3 883 589	2 905 408	7 454 278	1 833 166	2 545 502
CONTRIBUIÇÃO DO SM, AM E SEL para o E						
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO SEC 95	2 580 965		4 548 889		712 336	
EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO						
Stock em 31/Dez de EMLP excepcionados do limite de EL	82 526		83 986		-49 270	
Dívidas do Município às empresas concessionárias do						
Créditos do Município relativamente a SM e a entidades						
Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por						
MONTANTES TOTAIS EXCECIONADOS DOS LIMITES	82 526		83 986		-49 270	
TOTAL ENDIV. LÍQ. A CONSIDERAR	2 498 439		4 464 883		761 607	
Limite Endividamento Líquido da LFL	4 959 461		4 792 219		4 959 461	
EXCESSO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-2 461 022		-327 335		-800 165	
VARIAÇÃO DO EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO FACE AO ANO ANTERIOR	-2 461 022		-800 165		-4 670 684	